



DEVAGAR A COISA MUDA

**MUDANÇA POLÍTICA
NO NORDESTE**

**Cadernos do Nordeste, nº6
EQUIP - 1994**



DEVAGAR A COISA MUDA MUDANÇA POLÍTICA NO NORDESTE



ESTE CADERNO...

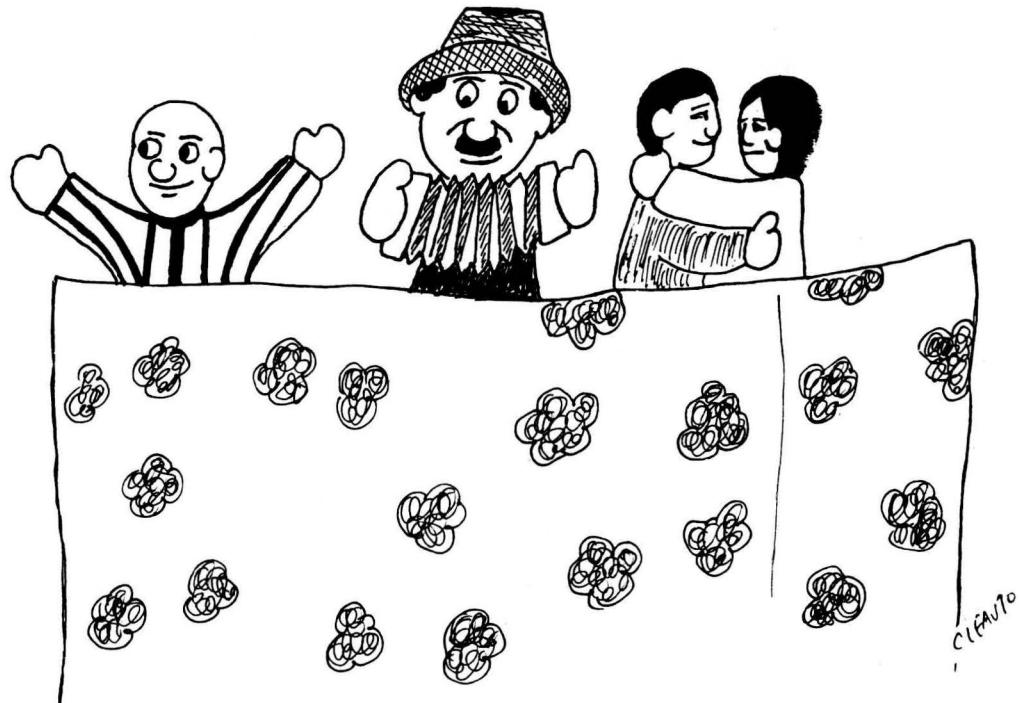
...recolhe dados e análises acumulados pela EQUIP nos últimos seis anos sobre as mudanças políticas que se observam no Nordeste. É fruto de pesquisa e discussão de centenas de pessoas, principalmente militantes dos Movimentos Sociais na região, que têm participado de seus cursos e seminários. É fruto também da colaboração de muitos companheiros especialistas em diferentes campos do conhecimento que assessoraram momentos de estudo na Escola e do departamento de pesquisa da própria EQUIP.

Neste momento, em que o país se prepara para mais uma chance de mudança política, com as eleições gerais que se aproximam, pensamos que é útil a publicação desse caderno. O texto que resultou mostra que a realidade política do Nordeste está mudando, não é uma realidade fechada onde não há espaço para o novo. Perceber o clima e as formas da mudança é perceber também as possibilidades que se abrem para a militância de todos aqueles que querem ver na região e no país não uma mudança qualquer, mas aquela que traga ao povo pobre e sofrido uma vida melhor, mais digna, o acesso à cidadania que por séculos lhe foi negada.

Servir e estimular a essa militância é a intenção da EQUIP com essa publicação.

EQUIP
agosto - 1994

1 - COMO SE FEZ O NORDESTE



O Nordeste, como uma região do Brasil bem delimitada, abrangendo nove estados, não é a simples denominação de uma região diferenciada pela natureza. O Nordeste como região, destacada do resto do Brasil não é "natural". O Nordeste é uma **criação histórica**. Foi a história brasileira que criou o Nordeste, como nós o entendemos hoje.

E' verdade que há alguns elementos naturais que contribuem para definir essa parte do Brasil como uma região, com uma certa unidade, como por exemplo:

- o fato de sua localização próxima ao equador, o que significa um clima quente durante todo o ano, diferenciado apenas por uma estação de chuvas - o nosso "inverno" - e uma estação seca - nosso "verão";
- o fato da existência de uma ampla área semi-árida - o sertão - também chamado "polígono das secas", que recobre cerca de 60 % do que hoje consideramos o Nordeste, sujeito a longas estiagens periódicas;
- o fato de sua localização no extremo nordeste do Brasil, sendo a parte do país mais aproximada dos continentes africano e europeu;
- o fato de ser cruzada por um grande rio, o São Francisco, de águas caudalosas e perenes, além de outros rios longos que partem do interior para o mar.

Esses e outros fatos naturais, porém, apenas contribuíram para que - através da história, da formação da sociedade que vive nesse espaço - essa área do Brasil fosse

desenvolvendo outros traços sociais, econômicos, políticos e culturais comuns, fosse sendo pensada como um todo, o Nordeste.

A história que foi pouco a pouco criando o nosso Nordeste começa em 1500, quando os portugueses desembarcam pela primeira vez na região onde hoje está a cidade de Porto Seguro, na Bahia. Todo o litoral leste da região, do sul da Bahia até o Rio Grande do Norte, era coberto de matas, ricas em pau-brasil. Os portugueses vão estabelecer pequenos povoados nessa costa, em primeiro lugar para cortar e embarcar o pau-brasil. Em seguida descobrem que aqui se pode produzir cana-de-açúcar e começam a guerrear contra os indígenas que viviam junto ao litoral, cortar a mata e estabelecer engenhos de açúcar.

Atraídos pela possibilidade de enriquecer com o açúcar, cada vez mais portugueses vêm se estabelecer nesta parte do Brasil, a mais próxima da Europa. Com o estabelecimento da produção de açúcar chegam também os africanos, trazidos como escravos para trabalhar nas plantações de cana. É em Olinda, Pernambuco, que se estabelece o primeiro governo geral da colônia, depois transferido para Salvador, Bahia.

Durante os dois primeiros séculos do período colonial português, com exceção de algumas pequenas e pobres povoações próximas ao litoral, mais para o sul, o Brasil, na prática, era o Nordeste. Era aqui que se concentravam a população colonial, as atividades econômicas importantes e as autoridades portuguesas, representantes dos reis de Portugal. O Nordeste estava voltado para o exterior, vivia para produzir açúcar para a exportação e se relacionava mais com a Europa e a África do que com o resto do Brasil. Nesse tempo, o Nordeste é que era a região mais rica e próspera do Brasil, seus engenhos de açúcar eram modernos para a sua época.

A cana se concentrava próxima ao litoral, e assim também a população. Mas a própria cana exigia o desenvolvimento da criação de gado para alimentar essa população, para fornecer animais de trabalho para os engenhos, etc. Assim, no segundo século da colonização, o povoamento foi entrando pelo sertão a dentro, primeiro seguindo o curso do rio São Francisco, procurando espaço para criar gado. As grandes fazendas de gado se expandiram até o Piauí. Isso provoca também mais guerra contra os indígenas. A criação de gado no sertão não se adaptava à mão-de-obra escrava e vai utilizar o trabalho de brancos pobres, mestiços e indígenas "amansados".

Formam-se assim dois tipos básicos de sociedade no Nordeste:

- a do açúcar, no litoral, dominada pelos senhores de engenho, composta pela camada rica, branca, dominante e pelos trabalhadores, negros, escravos;
- a do gado, no sertão, dominada pelos grandes fazendeiros, e composta pela camada branca, rica e por uma população de vaqueiros pobres, na maioria mestiços, que nas estações chuvosas plantavam alimentos para sobrevivência.

Só no terceiro século da colonização é que o sistema colonial penetrou no interior do Maranhão, levado pelo interesse de produzir algodão, também principalmente para exportar para o exterior. O algodão se espalha também por outras áreas, no sertão, levando com ele mais população para o interior.

Senhores de engenho e fazendeiros tornavam-se donos das terras através de doação feita pelo Rei de Portugal, e seus direitos de proprietários eram mantidos pela força da lei e das armas. Assim, desde o primeiro século da colonização a sociedade

em todo o Nordeste se organizou com base em imensas propriedades de terra em poucas mãos e numa população de trabalhadores destituídos de propriedade, pobres, dominados. Assim, a produção de riquezas que aqui se fazia era toda destinada à exportação e ao enriquecimento de uma pequena classe dominante aqui e no exterior, e não ao desenvolvimento da região para responder às necessidades da massa de sua população.

No terceiro século da colonização (sec. dezoito), as coisas começam a mudar. Descobre-se ouro no interior de Minas Gerais, e para lá se deslocam senhores e escravos, para explorar as minas. Outra coisa muda: nas ilhas no mar Caribe, começam a produzir açúcar com métodos mais modernos, que vai chegar na Europa mais barato que o açúcar do Brasil. Com essa concorrência, os senhores de engenho perdem freguesia, acumulam menos riqueza. *A sociedade do açúcar no Nordeste começa a entrar em crise* chegando até a vender seus escravos para os mineradores de Minas Gerais. *O Nordeste vai deixando de ser o Brasil que contava, vai deixando de ser a parte mais rica e desenvolvida da colônia.*

O ouro e os diamantes de Minas Gerais tornam-se mais importantes que o açúcar do Nordeste. É pelo porto do Rio de Janeiro que o ouro é embarcado para Portugal. O Rio de Janeiro se torna a sede do governo colonial. A capital da colônia sai do Nordeste para o Sul. As classes dominantes do Nordeste, senhores de engenho e fazendeiros perdem poder e ficam descontentes.

No quarto século da colonização, começa-se a cultivar o café no Rio de Janeiro e em São Paulo. Era um novo produto de exportação com mais valor e futuro do que o açúcar, que já vinha em crise. Os senhores do café enriquecem rapidamente, ganham poder político, cercam o príncipe português, Dom Pedro, e conseguem influir muito no processo de independência do Brasil. Tornam-se o setor politicamente mais forte junto ao governo do Império e, consequentemente, conseguem mais apoio do governo central para o desenvolvimento de sua região. Seu poder prossegue predominando já no período da República, no nosso século.

A crise no Nordeste se agrava, multiplicam-se as revoltas populares na região e os senhores de engenho e fazendeiros vêem-se em perigo de perder seu poder e suas propriedades. Secas prolongadas, na segunda metade do século passado, agravam a situação: os fazendeiros perdem seu gado e seu algodão, e o povo trabalhador está na miséria.

As classes dominantes do Nordeste, desejando manter ou recuperar seu poder econômico e político, culpam o governo central pela crise, acusando-o de favorecer o Sul em prejuízo das "províncias do Norte". Exigem providências do governo da Nação para "ajudar" o Nordeste e compensar a "injustiça" que cometera favorecendo o Sul; apresentam-se como "vítimas" dessa injustiça e, para reforçar seu argumento, invocam a miséria do povo pobre do Nordeste. Pedem medidas do governo central para "aliviar o sofrimento dos nordestinos". *Falam como se os nordestinos fossem todos iguais, como se não houvesse uma estrutura injusta dentro do próprio Nordeste, dominada por eles, e se apresentam como representantes do povo que eles mesmos exploram.*

Assim, é só a partir da segunda metade do século passado que se começa a ver o Nordeste como uma região diferente do resto do país, com uma situação própria.

No entanto, a visão que predominou não foi gerada pela experiência do povo e sim construída a partir dos interesses conservadores das classes dominantes da região. Uma visão de Nordeste que não denuncia as contradições internas da região, a oposição de interesses entre os pobres, os trabalhadores e as classes dominantes, as "elites". Uma visão de Nordeste que se baseia na contradição com o Sul e com o governo central, considerados culpados do "atraso" do Nordeste.

A partir dessa visão, e da necessidade das forças políticas conservadoras das outras regiões de fazer aliança com os setores dominantes do Nordeste, o governo federal vai começar a criar órgãos de apoio e transferir recursos para a região. Essas ações ajudarão a manter a dominação e recuperar privilégios das "elites" da região, sem questionar as estruturas aqui estabelecidas desde o primeiro século da colônia, baseadas no monopólio de uns poucos sobre a propriedade da terra. Assim se cria o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) na década de 30, que vai responder aos interesses dos senhores de engenho e dos usineiros, enquanto os fazendeiros do gado e do algodão, os famosos "coronéis" do sertão, se apropriam do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca).



Mas não se toca na estrutura básica da região, e as causas da miséria do povo continuam. A classe dominante continua a usar essa miséria como pretexto para obter benefícios do governo federal. A partir da década de 1930, com Getúlio Vargas, o Estado Brasileiro leva adiante um projeto de industrialização, cuja realização vai se concentrar no Sudeste do país. Mais uma vez as classes dominantes do Nordeste se queixam de terem sido discriminadas, exigem assistência do governo federal, apresentam-se como vítimas em nome do povo. Setores progressistas também se expressam, denunciando o "atraso" do Nordeste e de suas estruturas conservadoras e

pedindo intervenção federal para transformar a região. Cria-se a SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste), em 1959, para resolver a "questão Nordeste" e promover a industrialização e modernização da região, através de investimentos federais, crédito subsidiado e incentivos fiscais. Mais uma vez, as classes dominantes vão impor sua vontade e beneficiar-se da ação desse órgão, principalmente após o estabelecimento da ditadura militar. O Nordeste se industrializa, mas de modo que não beneficia a massa do povo, e reforça a desigualdade social e a dominação política dos que sempre mandaram na região.

*O povo foi sempre o pretexto das classes dominantes para obter favores do governo central, mas em quase nada se beneficiou, porque tais favores só serviram para reforçar as velhas estruturas. O povo não pode até hoje expressar a sua própria visão de Nordeste e elaborar seu próprio projeto para a região. Por muito tempo, através da "pregação" dos "donos" do Nordeste, o povo aceitou a interpretação de que a culpa de sua miséria era seu próprio "atraso", a falta de ajuda federal e a exploração feita pelos estados do sul, deixando de ver a **injustiça e a exploração causadas pelas velhas estruturas e mantidas pelas classes dominantes da própria região**.*

É preciso uma nova leitura do Nordeste, feita pelos olhos críticos do povo, que desmascare a hipocrisia de suas "elites". O povo é quem deve dizer o que é o Nordeste e que Nordeste quer.

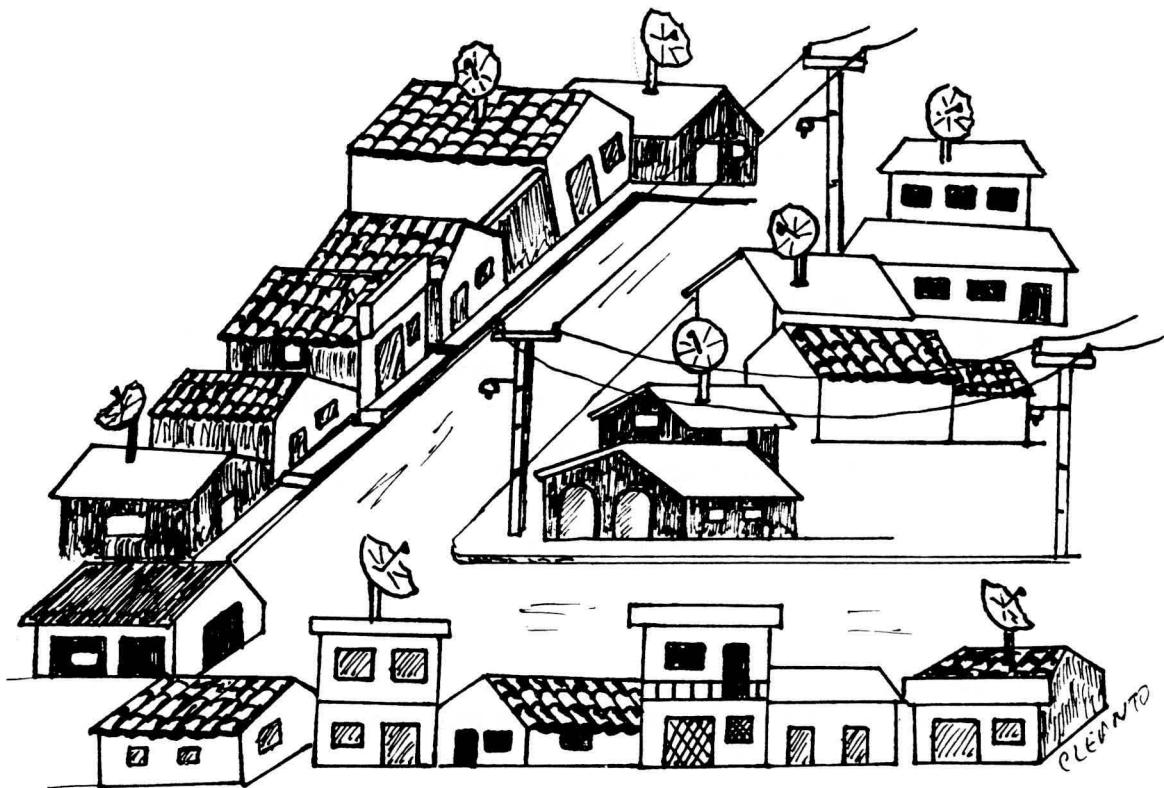
A permanência do poder político nas mãos dos poderosos, das oligarquias do Nordeste, mantida à custa de clientelismo e assistencialismo e mesmo de violência direta, permitiu que o Estado e as coisas públicas fossem usados como propriedade privada daqueles poucos.

Mas as coisas estão mudando no Nordeste. Sobretudo a partir dos anos 60, com a intervenção federal no sentido de industrializar e modernizar a economia nordestina, muita coisa mudou ao nível estrutural, econômico, com amplas consequências sociais. A economia nordestina se integrou totalmente à economia nacional e internacional¹. O Brasil mudou, o Nordeste mudou e isso já se reflete ao nível político.

Nos capítulos que se seguem procuramos ver os sinais mais recentes desse processo de mudança política.

¹ Ver Cadernos do Nordeste nº 5, "O Nordeste mudou.. Quem quer mudar o Nordeste?" - EQUIP, 1994

2 - O BRASIL MUDA. E O NORDESTE ?



eleições de 88 - bom é ser oposição !

Já nas eleições municipais de 88 o governo de Sarney é visto pela população sem credibilidade para viabilizar qualquer política séria, dominado pela corrupção e pelo fisiologismo. O PT foi um dos grandes escoadouros da revolta popular em vários estados do país, significando também o voto em favor de uma proposta política partidária mais coerente, marcada pelo empenho da militância petista e pelas posições claras do partido. Tal reação, entretanto, não se deu de forma homogênea em todo o Brasil.

Mas essas eleições viram também vitórias localizadas das forças conservadoras que se apresentaram descoladas do governo central, nos diversos estados: em alguns lugares aparecendo de forma reciclada/modernizada, com um discurso novo; outros, vencendo a direita corrupta, truculenta, e até a extrema direita vinculada à UDR.

Para um lado ou para outro, venceu a oposição. Tais eleições significaram o sepultamento político da "Nova República" já há muito tempo semi-morta, sustentada artificialmente na UTI dos planos "cruzado" e semelhantes.

Como se situava o Nordeste, com seus 9 estados, nesse quadro nacional?

no nordeste a coisa é diferente

O primeiro fato que nos chamava a atenção é o de que os resultados eleitorais no Nordeste em 88 não acompanharam a tendência das demais regiões do país.

Aqui não houve o espantoso crescimento eleitoral do PT, marcante sobretudo nos estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, e nem mesmo do PDT e demais partidos de esquerda ou centro esquerda em geral, salvo exceções às vezes com estranhas alianças (PSB, coligado com PSDB, PDT e PCdoB em Aracaju; e PDT em São Luís [coligado com PSDB, PCB, PCdoB e PMC] e em Natal [coligado com PFL, PDS, PSD e PCB]).

Quase sempre venceram os representantes do grande latifúndio, das grandes usinas de açúcar, da burguesia. Mesmo o PCdoB em Salvador, onde era forte, e que tinha muito mais recursos para essa campanha do que nunca tivera antes, perdeu espaço em vez de crescer.

O PT cresceu um pouco, comparado com o quase nada que tinha antes: fez alguns vereadores em todos os estados nordestinos e umas poucas prefeituras em alguns. Mas esse resultado ainda foi muito decepcionante para os militantes do partido e, sobretudo, não correspondia às expectativas dos que queriam ver o PT crescendo no Nordeste. Esperavam-se resultados muitos melhores.

De onde vinham tais expectativas?

as lutas populares cresceram no nordeste

Em todos os estados do NE, durante o ano de 88, houve luta, e muita, no campo sindical e nos movimentos populares, na zona urbana e na zona rural.

Impulsionadas pelo agravamento da crise econômica que castigava sobretudo a classe trabalhadora, muitas categorias de trabalhadores fizeram grandes greves, várias delas relativamente vitoriosas. Foi marcante o avanço das lutas salariais dos funcionários públicos, em luta direta contra governos do PMDB e do PFL.

As oposições sindicais combativas continuaram organizando-se e, naquele ano, várias conseguiram vencer e tomar a direção dos sindicatos.

Conflitos e ocupações de terra prosseguiram, muitos com vitórias, tanto no campo como na cidade.

Prosseguiram as lutas dos movimentos de bairro, de mulheres, de negros, etc..

Constata-se também que, na grande maioria dessas lutas, as forças políticas mais presentes, como direção, ou pelo menos para apoiar e animar, foram a CUT e o

PT. A CUT já se tornara, no Nordeste como no resto do país, uma referência de luta para a massa dos trabalhadores. Crescia dia a dia o número de sindicatos filiados e simpatizantes.

Em todos os estados, sindicalistas combativos e conhecidos, lideranças e outras pessoas ligadas às lutas do movimento popular apresentaram-se como candidatos às eleições municipais de 88 pelo PT.

Com tal quadro, acreditava-se que a inserção dos militantes e candidatos do PT nas lutas sindicais e populares se traduzisse por um grande número de votos nas urnas. Mas isso não aconteceu. Sindicalistas que obtinham milhares de votos em eleições sindicais não obtiveram mais que duas ou três centenas de votos como candidatos a prefeito ou vereador.

Por que essa expectativa não se confirmou?



sindicalista é uma coisa, político é outra

Por que, nas eleições municipais de 88, a liderança de sucesso em lutas sindicais e populares não se transformou também em candidaturas de sucesso na luta político-partidária no Nordeste, quando isso parece ter acontecido em outras regiões do país?

À primeira vista, parece que esses fatos se explicam por uma fraqueza e incapacidade do próprio PT e de seus militantes no Nordeste. Parece que a causa do fracasso eleitoral estava em que os petistas sindicalistas ou líderes e colaboradores dos movimentos populares não foram capazes de levar para dentro de seus espaços de luta a discussão sobre a questão política mais ampla e a questão partidária.

Outra causa seria a falta de organização do próprio partido, frágil nas suas estruturas, sem recursos, com poucos quadros disponíveis para o trabalho especificamente partidário. Apontava-se, nessa linha, o fato de que nas "entre-safras" eleitorais quase não se fazia trabalho partidário, e os militantes petistas absorviam-se apenas nas lutas sindicais e populares. O partido, como tal, só existiria nos períodos pré-eleitorais, pelo menos para a vista da massa, tal qual os partidos burgueses.

Toda a explicação estaria então na fragilidade do próprio PT?

Fica claro que o trabalho e a militância no movimento e lutas sindicais e populares não se transformam automaticamente em resultado político eleitoral. É necessário o trabalho partidário, diretamente político.

Porém, mesmo reconhecendo-se que as causas acima apontadas existiam e tinham muito peso, um exame mais aprofundado da questão revela que, para além das aparências, existiam no Nordeste outros fatores, muito objetivos, fora da capacidade e da organização do partido, que explicam em grande parte seu desempenho eleitoral em 88. Que explicam a situação política no Nordeste, em geral.

É preciso olhar a História e a estrutura do Nordeste para compreender as conjunturas.

nordeste não é só forró e carne de sol



Para entender as conjunturas políticas do Nordeste e suas diferenças com relação a outras partes do País, é preciso considerar características da estrutura econômica e social da região que oferecem uma certa resistência estrutural a determinadas formas de ação e discurso político enquanto favorecem a outras. Sobretudo a composição de classes do Nordeste condiciona as possibilidades de desenvolvimento do PT e de outros partidos classistas, assim como do movimento sindical e popular.

Essas características do Nordeste resultam de sua própria história.

Durante os 300 anos do período colonial os centros mais importantes do Nordeste, como a Bahia, Pernambuco e o Maranhão, quase não tinham ligações entre si e nem com o resto do país, relacionavam-se diretamente com a Europa, a quem vendiam e de quem compravam.

No litoral, onde se concentrava a maioria da população, a principal atividade econômica, quase exclusiva, era a cana de açúcar, produzida pelo trabalho escravo, concentrada na Bahia e Pernambuco.

Nas cidades do litoral a atividade econômica era quase exclusivamente o comércio voltado para o exterior, não para o mercado interno.

No interior dominavam a pecuária e relações de trabalho do tipo parceria, onde não entrava dinheiro. A grande maioria dos produtos de consumo para o povo trabalhador, escravo ou camponês, reduzidos ao essencial e indispensável, era produzida artesanalmente nas próprias propriedades agrícolas;

A abolição da escravatura vai transformar o povo nordestino em gente sem trabalho ou inserida em relações de trabalho chamadas pré-capitalistas, "atrasadas". Não se faz uma reforma agrária. Não se cria uma classe trabalhadora assalariada importante, nem no campo nem na cidade.

Nas cidades do Nordeste as possibilidades de trabalho serão o biscoite, o serviço doméstico, o emprego comercial ou o emprego público. Essas formas de emprego no Nordeste mantinham características de paternalismo e de dependência do empregado ao político que lhe dá emprego do Estado ou ao patrão, em casa ou na loja, que o trata de maneira "familiar".

No Sudeste, já no século passado, a cultura do café utilizava mão de obra assalariada criando um mercado interno. Os lucros do café e a presença desse mercado assalariado possibilitaram um crescimento industrial e comercial no Sudeste, com a criação de empregos assalariados, industriais e comerciais também nas cidades.

O mesmo não se deu no Nordeste. Apenas em Pernambuco e no Ceará houve um certo desenvolvimento de indústrias têxteis e de alimentos, para as necessidades do reduzido mercado das maiores cidades nordestinas. A maioria da população do Nordeste permanecia envolvida em relações de trabalho tradicionais, não capitalistas, praticando agricultura de subsistência ou biscoites urbanos, e não crescia um mercado regional.

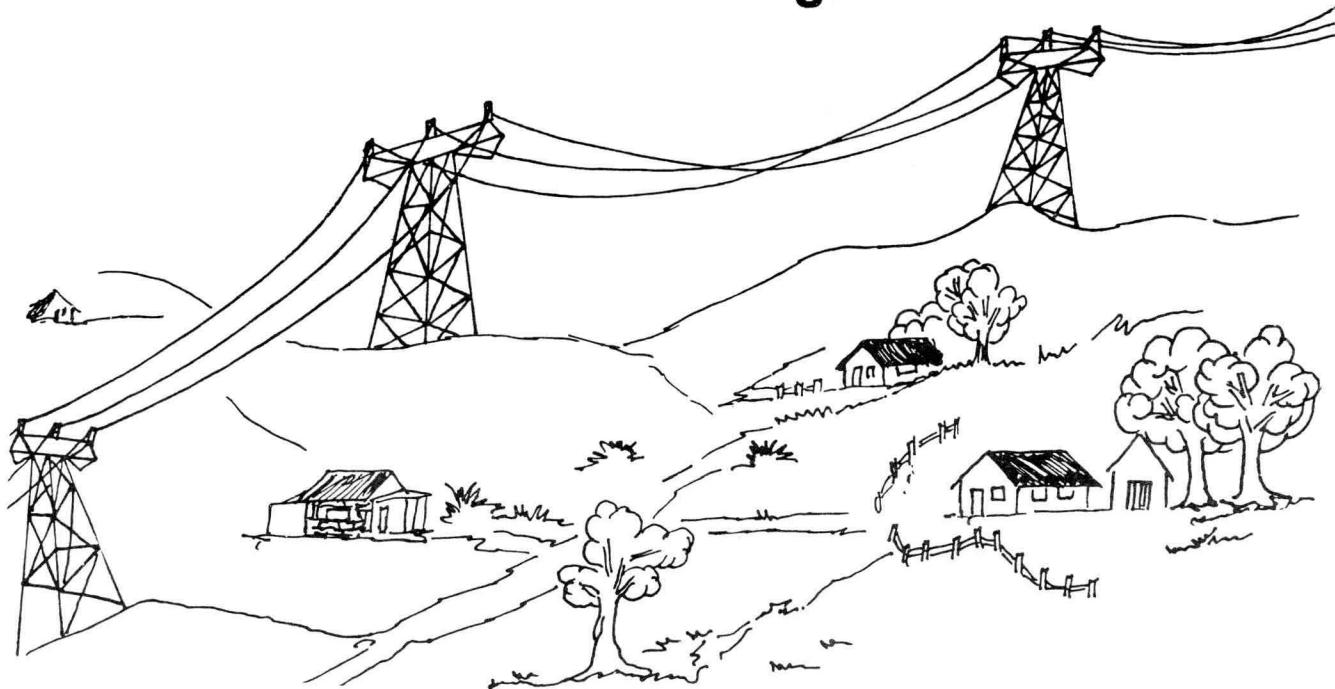
Tais diferenças vão se acentuar a partir da década de 30, com a política de desenvolvimento industrial de Getúlio Vargas. Getúlio vai investir recursos do Estado no desenvolvimento industrial do Sudeste (cria a Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, RJ, etc..) estimulando a industrialização daquela região para a substituição de importações para o mercado da região em crescimento. Uma classe operária importante cresce no Sudeste.

Essas transformações se fazem, no sul, dentro de uma aliança e um acordo entre as burguesias industrial e agrária: é necessário modernizar as relações entre o capital e

o trabalho nas cidades (sindicalização, CLT, etc..) mas sem alterar as relações no campo. A legislação social e trabalhista não se aplicará ao campo.

No Nordeste, onde a classe operária continua a ser numericamente muito pequena, assim como os assalariados no campo, de maneira que a contradição capital-trabalho não aparece claramente, as relações de classe não mudam significativamente nesse período. A oligarquia latifundiária, a minoria rica de coronéis fazendeiros que dominavam a economia e o Estado no Nordeste, não tinha necessidade de modernizar nada.

devagar a coisa muda



A partir dos anos 50, um novo processo de mudança vai atingir o Nordeste, mas de maneira lenta e desigual, nada comparável ao processo acelerado de industrialização e mudança social que já vinha acontecendo mais para o sul.²

Desde a década de 40 a burguesia industrial do sul já vê o Nordeste como área para sua futura expansão, e prepara o caminho com recursos do Estado: constrói-se a hidroelétrica de Paulo Afonso, a estrada Rio-Bahia, etc.. Com a criação da Petrobrás, chega a indústria pesada no Nordeste, primeiro na Bahia, onde depois se vai desenvolver um polo petroquímico.

A partir dos anos 60 é que a mudança se faz sentir mais fortemente. A oligarquia que havia inventado a QUESTÃO NORDESTE ao seu modo, insiste na necessidade de uma política privilegiada para desenvolver a região. Usando a extrema pobreza do povo nordestino, fruto de exploração secular, a classe dominante se apresenta como representante do conjunto da população e reivindica para si benefícios, incentivos e subsídios do Estado para que possa investir "no desenvolvimento da região, criando empregos e acabando com a miséria do povo"... Trata-se de industrializar o Nordeste e,

² Ver Cadernos do Nordeste nº 5, "O Nordeste Mudou. Quem quer mudar o Nordeste?", EQUIP, 1994

para atrair as empresas do sul, oferecem-se 10 anos de isenção fiscal (10 anos sem pagar impostos) e um salário mínimo inferior ao das outras regiões do Brasil. A SUDENE recém criada vai ser o instrumento dessa política.

Na realidade, a classe dominante nordestina não é a que vai se utilizar mais dessas possibilidades. O capital do sudeste é que vai aproveitar os subsídios e implantar fábricas aqui.

A oligarquia nordestina continuou basicamente a mesma: mantendo relações sociais atrasadas no campo e esbanjando a riqueza que acumula da exploração do trabalho sem reinvesti-la em atividades produtivas modernas. Continua também mantendo o poder político, controlando o Estado na região. O mesmo acordo entre a burguesia industrial, a burguesia agrária e o latifúndio, feito no sul na década de 30, repete-se no Nordeste na de 60: moderniza-se alguma coisa na cidade, mas não se mexe nas relações tradicionais no campo e nem se disputa o poder político dos latifundiários, fazendeiros e usineiros. Todos eles, porém, se beneficiam da política sudenista, recebendo fartos privilégios e subsídios como verdadeiros "gigolôs do Estado", para esbanjá-los ou investi-los na compra de terras, no mercado financeiro ou nas empresas do Sudeste.

A industrialização e a modernização assim promovidas não modificaram imediatamente a estrutura social do Nordeste.

A indústria moderna na região só se desenvolve em verdadeiras "ilhas", em alguns pontos da região e de maneira muito desigual. Esse impulso de mudança que vem de fora da região, que vem pela entrada do capital moderno e industrial do sul, se concentra na Bahia, em Pernambuco e no Ceará, em torno às suas capitais e, mais recentemente, no Maranhão. Nesses pontos apenas, surge uma classe operária mais numerosa e, sobretudo, mais moderna, em setores de ponta, na indústria pesada: eletricitários, petroquímicos, metalúrgicos, com maior possibilidade de organização de sindicatos fortes.

Pouco se fez nos outros estados e, no conjunto do Nordeste, as relações de trabalho tradicionais permanecem majoritárias, assim como a dominação política da oligarquia tradicional.

Terminado o período de 10 anos de isenção fiscal e com o fim do salário mínimo regionalmente diferenciado muitas empresas, inclusive, fecharam suas fábricas nordestinas, promovendo uma desindustrialização em certas áreas.



As cidades continuam a ser mais de desempregados, biscoateiros, domésticas, comerciários e outros ramos de serviços e funcionários públicos. Na população urbana das capitais do Nordeste, apenas 44% da força de trabalho ocupada é assalariada, proporção muito diferente das cidades do sul. Na década de 80, dos trabalhadores urbanos, nas capitais nordestinas, de 20% a 25% eram biscoateiros ou desempregados, mais de 65% eram funcionários públicos, e apenas cerca de 20% estavam no setor industrial.

A maioria da produção industrial das "ilhas" mais sofisticadas é a de produtos intermediários e se destina às indústrias de outras regiões do Brasil - petroquímicos para a indústria nacional e produtos metalúrgicos para a Petrobrás, na Bahia; produção de autopeças para as montadoras de automóveis de São Paulo, em Recife, etc.. Como não produzem para o mercado nordestino, essas indústrias não pressionam o conjunto da região para uma mudança mais ampla.

Também no campo, no Nordeste, há uma penetração da modernização capitalista, com a entrada de grandes empresas agrícolas ou agro-industriais. Ali, porém, por muito tempo a modernização no campo não se dá em "ilhas" bem definidas, e sim de maneira mais espalhada, embora também dispersa e desigual.

Essas empresas modernas não modificam inteiramente o campo, cuja estrutura tradicional continua sobrevivendo com relações de trabalho não-capitalistas, que continuam servindo de base para a dominação política da oligarquia latifundiária.

De fato, no campo, ainda continuam, em grande parte, a vigorar as relações de arrendamento e parceria, baseadas em um tipo de contrato muito pessoal entre o trabalhador e o proprietário. O latifundiário "deixa-o" plantar, "dá" um roçado, como se fosse um favor pessoal, trata de ser o "padrinho" ou o "compadre" do trabalhador que fica, assim, devendo-lhe fidelidade que deve se traduzir em voto e em apoio político ao "compadre-patrão".

Até mesmo as usinas de açúcar, tecnicamente modernizadas, ao lado do uso de assalariados temporários na safra mantém ainda por muito tempo, em alguns casos até os anos 80, as relações de "morada", em que o trabalhador "paga" ao patrão vários dias de serviço por semana, a preço mínimo, em troca da concessão de morar dentro da propriedade e de poder plantar uma parcela mínima de terra para subsistência. Aí também funcionam o paternalismo e o compadrio, os "favores" do patrão e a fidelidade do trabalhador.

É importante notar que, inclusive, em muitos lugares da região, as próprias empresas capitalistas que vão entrando, em lugar de transformar as relações sociais, servem-se das próprias relações tradicionais, reproduzem essas relações, convivendo em harmonia com as velhas estruturas e em aliança política com o latifundiário mais atrasado.

Onde a entrada da grande empresa capitalista emprega mão de obra assalariada, esta muitas vezes é apenas temporária, utilizando trabalhadores que, na entre-safra, continuam inseridos nas relações tradicionais ou que, pelo menos culturalmente, ainda se encontram sob a influência do paternalismo e da tradição, que custam mais a mudar do que sua situação objetiva.

Resta dizer que a maioria da produção capitalista no campo no Nordeste e mesmo parte da pequena produção camponesa se destinam a mercados fora da região e, em grande parte, para a exportação, não exigindo, assim, a ampliação do mercado interno regional.

Por todas essas razões, a estrutura social do Nordeste só vai mudando lentamente e essas suas características são fundamentais para entender a política na região.

quem é o eleitor nordestino?



Tal estrutura econômica é a base da composição de classes no Nordeste.

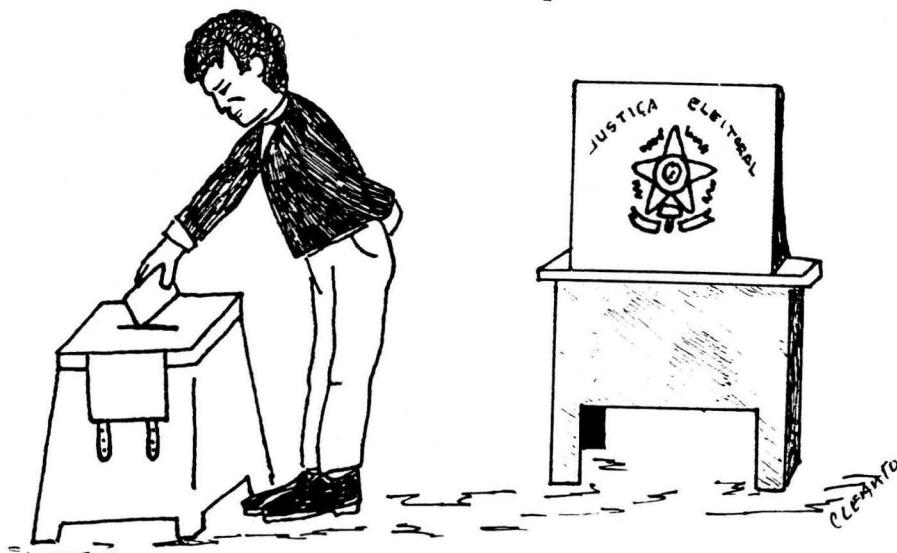
Assim, no final dos anos 80, como ainda hoje, uma imensa parte do povo nordestino vive na total insegurança, sobrevivendo no dia-a-dia e, portanto, dificilmente pode se sensibilizar diante de propostas políticas mais amplas, de transformações que só se traduzirão em benefícios para ela em um certo prazo. Vive no imediato, busca benefícios imediatos. Tendo que "se virar" sozinho, dificilmente comprehende propostas de política classista.

Outra parte do povo continua inserida em relações tradicionais que a deixam a mercê do poderoso local, da dominação política tradicional sem que mudanças econômicas e sociais significativas estejam provocando alterações nesse quadro.

Outra parte ainda, mesmo sendo assalariada na cidade - domésticas, funcionários públicos, etc.. - experimenta uma situação em que a contradição capital-trabalho não é vivida diretamente. Pelo contrário, o emprego doméstico reproduz na cidade a relação paternalista do "morador" com o patrão-padrinho, ou, no caso, a patroa-madrinha. O funcionário público muitas vezes conseguiu seu emprego através de apadrinhamento político, do clientelismo dos donos do poder.

Essa situação que descrevemos condiciona, necessariamente, a percepção da política e a opção de voto do povo.

quem vota em quem ?



É útil, para continuar nossa análise, considerar que há vários tipos de voto, correspondentes a vários tipos de política levados pelos partidos e candidatos. Vejamos:

VOTO DE CABRESTO: é aquele em que o eleitor não crê ou não pode exercer o voto livre e secreto - seu voto pertence ao patrão, a um chefe político local que determina que candidato deve ser o seu. Está ligado à exigência de fidelidade do trabalhador ao patrão-padrinho. Corresponde à política coronelista, que não tenta convencer o eleitor pelas propostas políticas que traz e nem precisa fazer concessões ao eleitor - vence pela simples dominação permanente que exerce sobre o povo.

VOTO CLIENTELISTA: nesse caso o eleitor já é, de certa forma, dono do seu voto mas o vê como mercadoria que venderá a quem lhe oferecer melhor pagamento, da sandália havaiana a um emprego público. Corresponde a uma política clientelista que distribui bens e empregos, quase sempre utilizando para isso os próprios recursos públicos.

VOTO DE MASSA: é o voto movido mais pelo sentimento do momento, pela reação emocional da massa diante do líder ou mesmo do partido que diz aquilo que ela quer ouvir naquele momento, que espelha em seu discurso suas revoltas, frustrações e desejos. É o tipo de voto que pode mudar radicalmente de direção de uma eleição para outra, conforme os sentimentos imediatos da massa e a capacidade dos políticos de corresponder a eles. Corresponde à política populista, baseada na figura do líder carismático que busca o poder justamente por meio de dizer o que a massa que ouvir, no imediato; pode ser também uma variante da forma populista, usada taticamente, como comportamento de campanha, por partidos e candidatos não populistas em si.

VOTO DE OPINIÃO: é um tipo de voto mais livre, mais consciente do eleitor que, a partir de sua situação social, adere a este ou àquele candidato segundo as propostas concretas, o programa que apresente. Esse tipo de eleitor, que está crescendo muito no país, vigia os políticos e exige coerência deles com as propostas e posições que defenderam na campanha e abandona os que não apresentam essa coerência. Não é ainda uma adesão partidária, inclusive porque a maioria dos partidos no Brasil não apresenta propostas coerentes, não são partidos programáticos, mas é adesão aos

candidatos que parecem sé-lo. Só quando um partido é coerente com suas posições e programa pode conquistar esse tipo de voto - no caso, o PT, e não apenas um ou outro de seus candidatos, poderia conquistar o voto de opinião por sua coerência.

VOTO IDEOLÓGICO: é o voto do militante, daquele que tem opção ideológica consciente e clara e adere ao partido que a representa, filia-se e defende o partido mesmo quando não tem simpatia pessoal por este ou aquele candidato, que não visa apenas propostas imediatas mas adere à proposta estratégica do partido. É e provavelmente será sempre o tipo de voto de uma minoria, mesmo que ela ainda possa crescer muito no Brasil. Corresponde, evidentemente, à política de partido, claramente definido em termos ideológicos, que articula suas propostas imediatas e conjunturais à sua perspectiva histórica e estratégica.

Em todo o Brasil, as eleições de 88 revelaram que houve uma mudança no eleitorado, ao que parece em direção ao voto de opinião e mesmo ao voto ideológico, ainda que o voto de massa continuasse a ter um enorme peso. Isso explica em parte a vitória de partidos de esquerda naquelas eleições. No entanto, não se deve confundir voto de opinião com voto na esquerda; o voto de opinião pode se dirigir também a políticos de outra posição desde que apresentem propostas que pareçam adequadas às opiniões do eleitor e que mostrem coerência. Em 88, no sul e sudeste, o voto de opinião pendeu para a esquerda, assim como o próprio voto de massa, que traduzia a desilusão e o descrédito com os partidos e políticos no poder e a rejeição da política tradicional, fisiológica ou corrupta, a vontade de ver alguma coisa de novo.

No Nordeste também o eleitorado estava mudando, só que de maneira mais lenta do que no sul.



A mudança mais visível no eleitorado nordestino em 88 era o quase desaparecimento do voto de cabresto. O eleitor vai se tornando dono do seu voto e escolhe a quem vai dá-lo, quem oferece a melhor barganha, cobra alguma coisa pela sua antiga fidelidade ao patrão, decide quem é que vai merecer sua "gratidão" através

do seu voto. Até o velho coronel que sempre mandou e desmandou já tinha que oferecer alguma coisa em troca do voto para poder manter seu eleitorado.

O que passou a predominar no Nordeste foi o voto clientelista. Isso se explica por aquela característica que já vimos, de uma grande parte da população, tanto urbana como rural, vivendo em extrema pobreza e insegurança, lutando apenas pela sobrevivência imediata, vivendo de biscoite. Uma imensa população de excluídos econômica e socialmente. A campanha eleitoral, para essa faixa de eleitores, era apenas uma espécie de biscoite a mais, uma oportunidade de ganhar alguma coisinha aqui e agora pela "venda" do seu voto, ou uma oportunidade de emprego temporário. Dificilmente essa parte da população podia se reconhecer em propostas políticas de resultados amplos a médio prazo e muito menos num discurso somente ideológico. Dificilmente essa faixa do eleitorado deixaria de "vender" seu voto para votar, por exemplo, no PT, a não ser como fruto de um amplo e profundo trabalho de educação política que lhe permitisse crer que a solução de seus problemas passava por uma transformação estrutural que dependia de uma mediação política.

O imenso peso quantitativo que esse tipo de eleitor tem no Nordeste já nos explica um pouco melhor porque a esquerda não obteve melhores resultados eleitorais na região nas eleições municipais de 88, como havia conseguido em outras regiões do país.

Àqueles, excluídos econômica e socialmente, somavam-se os ainda inseridos em relações de trabalho tradicionais, não capitalistas, também dificilmente sensíveis ao discurso político da esquerda. Grande parte do discurso do PT, por exemplo, gerado no centro-sul industrializado e repetido no Nordeste, (como a questão do contrato coletivo de trabalho, a luta contra o arrocho salarial, a análise da dívida externa e sua consequência sobre os salários, o desemprego industrial como temas centrais, etc..) não era compreensível e não podia sensibilizar imediatamente esse outro tipo de trabalhador. De maneira geral, nem o PT nem os demais partidos de esquerda apresentaram propostas imediatas para essas parcelas da população trabalhadora que lhes possibilissem identificar-se com seus programas. Sem isso, também essa parcela ficou no voto clientelista, cuja possibilidade de benefício imediato, ainda que pequeno, todo mundo entende.

Onde predomina o clientelismo, ganha quem tem mais para oferecer: a oligarquia, os grupos que controlam o Estado, manipulando verbas e empregos públicos. Não era certamente o caso da esquerda no Nordeste...nem era essa a sua política.

a oligarquia não é mais aquela

Apesar da predominância do voto e da política clientelista no Nordeste, as eleições municipais de 88 já permitiram ver que o voto de opinião também cresceu, sobretudo nas grandes cidades da região.

Entretanto, não foi o PT e nem a esquerda em geral que captaram a maioria desse voto na região. Quem captou esse tipo de voto no Nordeste foi o que poderíamos chamar de burguesia reciclada, modernizada.

Este fenômeno se verificava em todo o país e já se fazia notar claramente no Nordeste também, naquela conjuntura: parte da classe dominante começava a apresentar um novo comportamento.

O velho acordo pelo qual a burguesia industrial, mais moderna, deixava o controle político nas mãos de seus aliados latifundiários começava a ser modificado. Agora ela queria entrar diretamente no controle do Estado. Tasso Jereissati, no Ceará e Joaquim Francisco, no Recife, são bons exemplos desse fenômeno na região. Embora ainda minoritária, essa tendência apareceu em 88 em todos os estados do Nordeste e em muitos deles com resultados eleitorais importantes.



Essa parcela da classe dominante também se apresentava com um discurso e uma prática política diferentes do tradicional, clientelista e fisiológico. Buscava apresentar uma imagem de competência, seriedade e propostas concretas para sua administração, denunciando desmandos e corrupção. Em alguns pontos, apresentava um discurso muito semelhante ao da esquerda. Sobretudo, aparecia como oposição aos grupos que estavam no poder nos estados nordestinos.

Partidos de esquerda colaboraram com essa reciclagem quando fizeram coligações com partidos burgueses.

A classe dominante começava a pensar diferentemente, sabendo que não contava mais com a tutela de um Estado militar forte para garantir seus interesses. Agora tinha que agir mais intelligentemente, procurar recompor sua hegemonia, convencer a população de que era a mais capaz para resolver os problemas do país.

A burguesia industrial na região vinha mudando sua maneira de tratar os trabalhadores, o movimento sindical. Começava a dar especial atenção a seus departamentos de pessoal e de relações sindicais. Contratava para isso pessoas especializadas, muitas vezes antigos militantes do Movimento Estudantil ou até de partidos de esquerda, que conheciam o Movimento Sindical, que tinham capacidade de argumentação, preferindo o "diálogo" e os tapinhas nas costas em lugar das atitudes duras e claramente repressivas. Contratava especialistas para estudar a questão sindical, os movimentos sociais, a esquerda, fazendo circular nos meios empresariais publicações especializadas nessas questões. A burguesia estava pensando, estudando, informando-se.

Pois bem, em 1988, foi a burguesia que se comportou dessa maneira que ganhou a maioria do voto de opinião na região e não a esquerda, que não aparecia como viável por sua debilidade e que, provavelmente, não soube como corresponder às peculiaridades do eleitorado nordestino.

3 - SURPRESA ELEITORAL EM 89

Em 1988, na região nordestina, em contraste com outras regiões do Brasil, as forças políticas mais tradicionais haviam vencido as eleições municipais, utilizando para isso também seus métodos mais tradicionais. Havia sinais de mudança se anunciando, é verdade, mas os velhos donos do poder na região haviam mostrado que ainda mantinham o controle. Podia-se esperar que no ano seguinte, pelo menos no primeiro turno da eleição presidencial, o quadro se repetisse.

Os resultados da campanha presidencial de 1989 no Nordeste, entretanto, foram surpreendentes. Desde o primeiro turno, na região em geral, já se notou uma polarização entre Lula e Collor. Ambos os candidatos obtiveram, no conjunto dos estados do Nordeste, uma porcentagem de votos bem maior que sua média nacional.

Tal fato foi especialmente marcante nos estados da Paraíba, Piauí, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Collor foi o primeiro colocado em todos os estados, no primeiro turno, mas Lula venceu em 5 capitais (Recife, Salvador, Teresina, Natal e João Pessoa) e obteve 20% do total dos votos nordestinos (total nacional 16%).

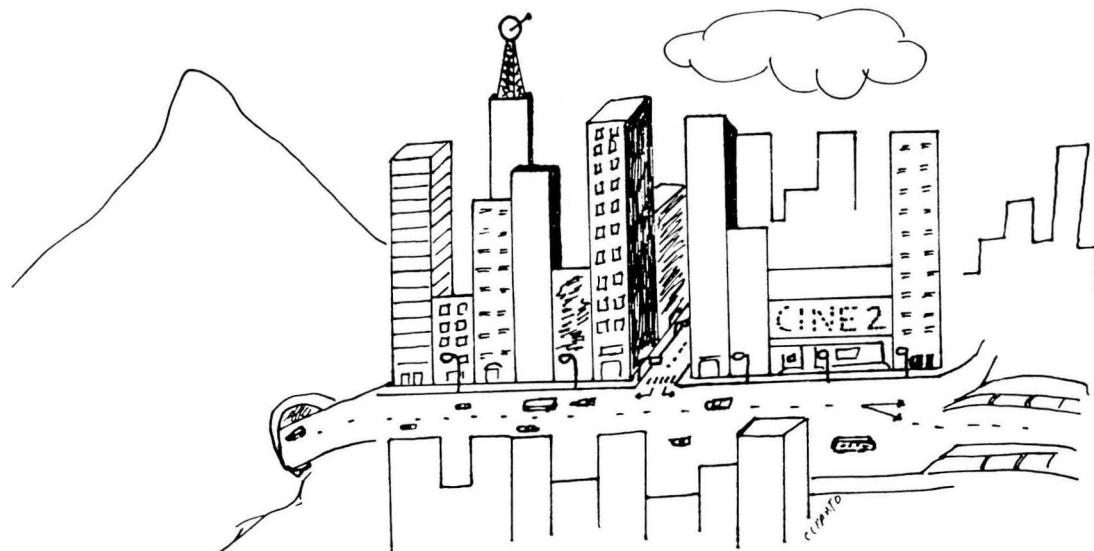
Os demais candidatos tiveram resultados inexpressivos no conjunto da região, com algumas exceções localizadas.

O que surpreendeu nesses resultados foi essa polarização, já no primeiro turno, entre dois candidatos que não contavam, de início, com o apoio maciço das oligarquias regionais que tradicionalmente controlam o voto no Nordeste. Tais oligarquias e mesmo lideranças burguesas mais modernas concentravam-se na maioria no PMDB e no PFL. Ficaram divididas no primeiro turno, incapazes de se entusiasmar com as candidaturas de seus partidos e, assim, não investiram todos os seus recursos na política clientelista que é sua característica. Também não foram capazes de decidir-se por um dos candidatos de direita - Maluf ou Afif - mais conhecidos no seu modo de fazer política e, portanto, mais confiáveis do que Collor. Mesmo onde se empenharam na campanha, não conseguiram empolgar o voto popular pois se encontravam desgastadas politicamente.

Covas, com seu "choque de capitalismo", que poderia ter sido uma alternativa para os setores mais modernos do empresariado no Nordeste, também não cresceu. Na verdade esses setores modernizantes, embora estivessem fazendo investidas no campo político, tomando espaço das velhas oligarquias mais reacionárias, ainda eram fracos para pesar decisivamente no quadro eleitoral regional.

Essa indecisão e divisão deixou o espaço aberto para o crescimento rápido da candidatura Collor, exímio utilizador dos meios de comunicação de massa e apresentado como nordestino, que corria "por fora". Há que considerar, também, o apoio que Collor obteve, já de início, de algumas parcelas das forças políticas conservadoras que se transferiram para o PRN, além de outras que, embora permanecendo em partidos que tinham candidatos próprios, apoiavam Collor "por debaixo dos panos".

crise de hegemonia



Esses fatos revelaram a crise que sofria a classe dominante no Nordeste. Habituada a manter o controle político através do expediente clientelista para o qual utilizou sempre os recursos do Estado, que ainda conseguiu por em prática eficazmente em 88, via-se desarmada em consequência da chamada crise fiscal, da falência financeira do Estado. Clientelismo sempre se fez no Nordeste com recursos públicos. Mas esses recursos estavam esgotados. Faltava verba para o clientelismo... Mais que isso: a crise financeira do governo impossibilitava a continuação dos esquemas costumeiros de destinação das verbas públicas para as obras que interessam aos chefes políticos regionais, para abrir as estradas que passam em suas fazendas, etc... Tal crise impedia a continuação do empreguismo que, além de elemento importante do clientelismo político, foi fundamental para manter o crescimento da economia nordestina - entre 83 e 86 cresceu mais do que cresceu o país, em boa parte pelo crescimento do emprego público.

Tudo isso provocava problemas para a relação entre as oligarquias e o Estado e lhes causava perplexidade diante do quadro político de 1989.

Outro elemento que tornou difícil a intervenção das forças políticas dominantes no Nordeste na campanha presidencial foi o fato de que, além de não encontrarem um candidato das forças conservadoras tradicionais que convencesse, sentiam-se inseguras diante de Collor. Collor desde o início fazia um ponto forte de seu discurso a diminuição drástica da intervenção do Estado na economia, eliminando subsídios e incentivos, além dos famosos "marajás". Ora, se tal política fosse "pra valer", e aplicada igualmente ao Nordeste, não há dúvida de que atingiria seriamente grandes interesses de parte importante dos "donos" do poder na região.

Além disso Collor vinha com um esquema eleitoral próprio, não negociou com eles ao modo tradicional e tentava quebrar os mecanismos conhecidos da política dominante que, de início, não quis assumi-lo como seu candidato. Collor não parecia confiável. Muitos tinham razões para hesitar, e a hesitação os imobilizou, principalmente nos primeiros meses de campanha.

Tais aspectos são peculiaridades nordestinas da crise geral de hegemonia que atingia a classe dominante em todo o país.

Estávamos vivendo no Brasil uma crise típica de hegemonia. A classe dominante não conseguia mais dirigir, e as classes populares não conseguiam dirigir ainda. As "elites" brasileiras não tinham um programa orgânico que fosse capaz de compatibilizar a diversidade de interesses nacionais e internacionais. Não tinha um programa capaz de articular os interesses internos, fossem eles regionais ou setoriais e não foi capaz de formular um programa político-econômico que atendesse aos interesses da maioria da população. Não se tratava de distribuir cesta básica ou ticket de leite... Tratava-se de responder, de forma orgânica e permanente, sobretudo às questões do emprego, da renda e a redefinição do modelo econômico.

Tal crise se reflete, no campo eleitoral, na crise das estruturas partidárias e dos esquemas políticos tradicionais, que já identificamos no Nordeste. A classe dominante tem sido incapaz de criar partidos que sejam canais de expressão para parcelas do povo, tem apenas um amontoado de siglas. Essa crise que se revelava nas eleições de

89 só fez se aprofundar até hoje, às vésperas de outra eleição presidencial e geral. Basta ver em que estado se encontra o PMDB que já foi, há poucos anos atrás, uma máquina imbatível.

A vitória eleitoral de Collor não significou a superação dessa crise de hegemonia. Ele, em seu estilo populista, conseguiu avançar eleitoralmente à margem disso, mas depois de eleito, todo seu trabalho inicial foi o de tentar costurar vínculos com as elites político-econômicas que, de fato, pesavam no país. Muitos dizem que a verdadeira razão de sua queda, em 92, foi o fato de não ter conseguido fazer essa aliança.

a virada: as oligarquias a reboque

Por outro lado, no bojo dessa crise, a campanha eleitoral de 89 parece indicar uma "virada", uma mudança mais profunda na forma do relacionamento entre a classe dominante regional nordestina e as forças que dominavam política e economicamente o Estado nacional. Até então, as forças dominantes nacionais sempre tiveram que negociar e submeter-se aos interesses dos grupos regionais nordestinos, que controlavam e garantiam uma quantidade importantíssima de votos, de sustentação política. Naquela campanha isso já não se deu assim. Os grupos de poder local e os esquemas oligárquicos nordestinos tiveram que se adaptar a uma política que começava a se definir nacionalmente.

É certo que uma eleição presidencial "solteira" ajudou especialmente nesse processo, e que não se trata de um processo linear, mas sim conflitivo. Porém, essa "virada" se refletiu em eleições posteriores onde pudemos verificar uma tendência à perda de peso de votos de tipo "cabresto" e clientelista no Nordeste e um crescimento do voto de opinião frente a projetos nacionais em disputa. As eleições municipais de 92, em que as coligações de centro esquerda venceram em várias cidades nordestinas ou pelo menos passaram ao segundo turno em quase todas as capitais, mostraram o avanço dessa tendência.

A crise política das elites vinha aliada à enorme crise econômica, expressa de modo mais imediato pelo estouro inflacionário que tem efeitos devastadores nas relações econômicas no plano nacional.

a vaca secou: a crise fiscal

O elemento central desse estouro inflacionário a partir de 89 é a crise de financiamento do governo. O governo tem um enorme déficit e tem que pagar suas contas. Gastou mais do que podia, endividou-se. Se o governo tivesse apenas gastos normais, pagamento de seu pessoal, obras e serviços normais, material de consumo da administração, seus recursos seriam suficientes. Porém os encargos financeiros resultantes do endividamento (empréstimos e juros) levam o governo a buscar sempre

mais dinheiro para pagá-los, oferecendo para isso juros sempre mais altos, endividando-se sempre mais. Com isso a inflação dispara.³

Pois bem, os efeitos dessa crise e o impacto da inflação não se dão de maneira igual em todo o Brasil. Há diferenciações regionais consideráveis nas suas consequências.

Um aspecto de diferenciação é o que se refere à subida dos preços. Durante o ano de 1989 verificou-se que, em Recife, Salvador e Fortaleza - onde se mede oficialmente o custo de vida - houve um aumento de preço maior do que a média nacional. Isto significa que o impacto inflacionário, do ponto de vista das condições de vida da população, era bem maior no Nordeste. Agravando essa situação, durante 89, o mercado formal de trabalho cresceu em São Paulo mas não cresceu no Nordeste. Além disso, no Norte e Nordeste, a partir dos dados colhidos em Belém e em Salvador, o salário médio dos trabalhadores diminuiu no mesmo ano.



As subidas de preços são diferenciadas em termos de regiões mas também de setores da economia. Até setembro de 89 os preços dos produtos dos grandes setores oligopólicos da indústria cresciam mais moderadamente do que os do setor concorrencial, onde há uma multiplicidade de empresas produtoras. A partir de setembro essa tendência se inverteu e a inflação se acelerou. É no Centro-Sul que estão concentrados esses setores oligopólicos, de maneira que essa aceleração provocava uma maior transferência de recursos do Nordeste para lá. Por outro lado, até outubro de 89 as tarifas públicas (água, luz, telefone, etc.) subiram menos do que a inflação. Considerando o peso maior que têm essas empresas de serviços públicos na economia da Região Nordeste, a contenção desses preços acabava provocando aqui um efeito mais negativo do que em outras regiões.

Há que assinalar ainda os efeitos da questão cambial no Nordeste. Durante 89 a desvalorização do cruzado não foi suficiente e resultou em desestímulo às exportações. Na economia do Nordeste, onde o setor da indústria voltado para a exportação é o eixo mais dinâmico, os efeitos negativos desse fato tiveram um peso maior do que em outras regiões.

³ Ver caderno "Para entender a economia brasileira" - EQUIP, 1994

Tudo isso significava mais desemprego, menos salário e empobrecimento geral no Nordeste, portanto mais descontentamento popular e, por outro lado, menos impostos, menos recursos públicos na região para alimentar o clientelismo e o assistencialismo tradicionais. Necessariamente esses fatores teriam seus efeitos visíveis no quadro político.

quem tinha medo de collor?

É nesse quadro geral de crise que se entende a perplexidade e o imobilismo de grande parte das oligarquias e "elites" nordestinas nos primeiros meses da campanha eleitoral de 89. O fenômeno que acabou por movê-las e levá-las, finalmente, já nas proximidades das eleições, a aceitar Collor como a alternativa possível para elas foi o crescimento da candidatura de Lula revelado pelas pesquisas a nível nacional e, especialmente, no próprio Nordeste. O medo de Lula as levou a superar a incerteza diante de Collor.

Se o desempenho de Collor no primeiro turno no Nordeste foi surpreendente, assim como o fraco desempenho de outros candidatos, muito mais inesperado foi o resultado obtido por Lula. Recordemos que nas eleições municipais de 1988, enquanto em outras regiões do país houve um grande avanço dos partidos de centro-esquerda, no Nordeste as forças mais conservadoras tinham conseguido dominar o processo eleitoral. No entanto, no primeiro turno de 89, Lula supera no Nordeste (20,2%) em mais de 4 pontos percentuais sua média nacional (16,1%).

Alagoas, base de lançamento de Collor, foi a grande exceção com relação ao desempenho de Lula.

Foram vários os fatores que jogaram nessa mudança.

Se a falta de estruturação orgânica das "elites" favoreceu o surgimento de uma liderança carismática como Collor, também deixou um vazio que permitiu um avanço das forças populares que apoiavam a candidatura de Lula. A ausência ou, pelo menos, a timidez da política clientelista tradicional na primeira fase da campanha deixou espaço para que crescesse o voto de opinião e o voto de massa, definidos muito mais em função das características dos candidatos.

A figura forte do candidato Lula encontrou, então, espaço para crescer no Nordeste e suas características pessoais foram certamente um dos fatores que facilitaram seu avanço. O caráter mais marcadamente classista e popular da candidatura de Lula, diferente de tudo o que se conhecia antes, foi um dos fatores importantes que pesou consideravelmente.

a militância, estrela da festa



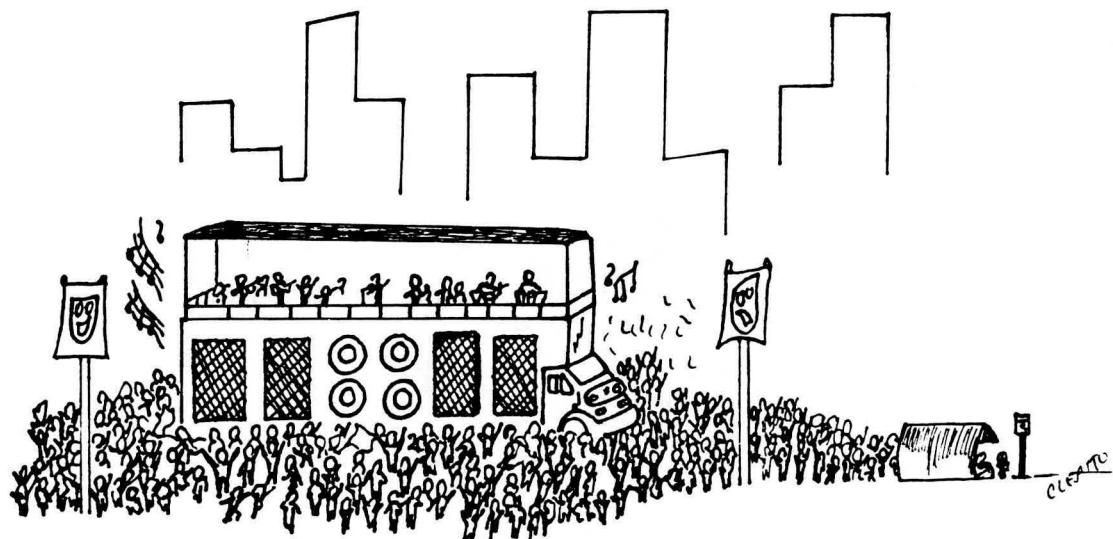
A crise dos esquemas políticos tradicionais abriu espaço mas, certamente, não garantiu o avanço de Lula em 89. Um importante fator que permitiu o aproveitamento dessa situação e o crescimento do candidato de esquerda foi a militância das forças populares que, desde o início, se empenhou na campanha e foi capaz de ocupar esse espaço.

Os partidos da Frente Brasil Popular, de maneira geral, atuaram realmente como uma frente, somando as forças de sua militância nas áreas onde havia uma presença significativa dos três partidos. Há muitos espaços, porém, sobretudo no interior, onde só o PT tinha um mínimo de base para conduzir a campanha e foi a sua militância que contou.

Houve casos localizados onde a Frente de fato foi rompida, nos municípios onde o PSB não passa de uma sigla para abrigar dissidentes de outros partidos (em geral PMDB). No Piauí, por exemplo, de dois prefeitos filiados ao PSB, um já apoiou Collor desde o 1º turno.

Comparando-se o mapa dos resultados eleitorais com o mapa dos movimentos sociais no Nordeste, nota-se uma significativa correspondência entre os melhores resultados de Lula e a presença mais ativa e organizada dos movimentos sindical e populares juntamente com maior presença e intensidade de lutas sociais. Isto era novo no Nordeste. Até as eleições municipais de 88 não se verificava esse fenômeno de tradução do avanço da luta popular em votos de esquerda.

sindicalismo, sim! política, também!



A participação do Movimento Sindical nordestino na campanha de 89 destacou-se e trouxe também algo de novo. De uma maneira geral, os sindicalistas combativos do Nordeste se empenharam maciçamente na luta eleitoral pelo candidato da Frente Brasil Popular. Isso era novo, pois antes de 89 a combatividade sindical no Nordeste não resultava, em geral, em voto de esquerda, nem em engajamento político e eleitoral dos sindicalistas (com exceção de alguns dirigentes).

Em todo o Nordeste houve um envolvimento significativo de dirigentes e bases de sindicatos urbanos e rurais, não apenas da CUT e da Corrente Sindical Classista - mais próximos dos partidos da Frente Brasil Popular - mas também de outras forças, como os sindicalistas liderados pela FETAPE (Fed. dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco), politicamente mais ligada à CONTAG e a Arraes que, na sua maioria, já apoiaram Lula desde o primeiro turno.

Em muitos casos não só os sindicalistas se engajaram pessoalmente na campanha como a própria infraestrutura de vários sindicatos foi posta a serviços da luta eleitoral. Aliás, isso não foi privilégio da esquerda uma vez que Antônio Rogério Magri (CGT) também jogou diretamente na campanha pró-Collar a força das estruturas sindicais que controlava. Discutiu-se muito o acerto ou não desse envolvimento direto das estruturas sindicais no processo político eleitoral - houve quem o considerasse um avanço a saudar, houve quem considerasse um desvio que traria muitos problemas para o Movimento Sindical. É inegável, porém que isso caracterizou, no Nordeste, uma mudança significativa no comportamento do sindicalismo.

A influência do Movimento Sindical não se deu, porém, no sentido de um "controle" sobre uma grande base que bastaria dirigir para o apoio a um candidato; e nem porque conseguisse atingir de modo permanente amplos setores da população. Basta lembrar que, a nível nacional, apenas cerca de 20% dos trabalhadores eram sindicalizados, e que no Nordeste era ainda menor a proporção de categorias sindicalizadas e sindicalizáveis. Foi, sim, como celeiro de militantes dispostos a assumir também a militância político-partidária que o Movimento Sindical pesou na campanha, sobretudo quando esses militantes eram lideranças reconhecidas e respeitadas pelas suas categorias.

o papel dos movimentos populares



Menos notável parece ter sido o peso dos Movimentos Populares, não sindicais, no sentido de influir para o avanço de uma candidatura de esquerda na região. A campanha presidencial coincidiu com um momento de refluxo dos movimentos de bairro mais combativos. Principalmente, de maneira geral na região, as organizações de bairros sempre foram o campo privilegiado do clientelismo e das manobras de cooptação dos governos e políticos tradicionais, que criavam e controlavam imensas redes de associações de moradores.

O resultado desse quadro geral foi que a grande maioria das associações de bairro serviu para o esquema de campanha de Collor e não da FBP ou outras candidaturas, principalmente no segundo turno. Como exceção aponta-se o amplo uso das associações cooptadas por Jereissati no Ceará a favor de Covas no primeiro turno. Aí está parte da explicação de por que "Collor foi eleito pelos mais pobres..."

No entanto, é importante a ressalva de que, onde havia lutas, organizações de moradores combativas e ocupações de terreno urbano com um certo nível de organização, houve militância das lideranças e o voto foi de esquerda.

Quanto a outros tipos de movimentos populares como Movimento Negro, Movimento de Mulheres, Movimento Ecológico, embora onde existissem com uma postura combativa tenham tido influência, sua presença era desigual na região Nordeste, sendo alguns quase inexistentes ou muito débeis em vários estados. Havia exceções marcantes como por exemplo, o movimento negro na Bahia e alguns movimentos fortes de mulheres como o Movimento das Mulheres Trabalhadoras da Paraíba.

Um fator que contribuiu fortemente para o avanço da campanha da FBP no Nordeste foi o trabalho da Igreja progressista e popular. Em alguns casos - notavelmente no Piauí e na Paraíba - a atuação em favor da candidatura de Lula não foi só da base popular da Igreja, das Pastoriais progressistas, mas mesmo da Igreja Institucional, dos próprios bispos, sobretudo no segundo turno. A presença de um trabalho significativo e mais antigo da Igreja progressista é que explica a vitória de Lula no primeiro e segundo turnos em alguns municípios esparsos no Interior do Nordeste, onde nem os partidos de esquerda estavam estruturados e nem penetravam outros movimentos combativos. Em várias regiões a influência da Igreja se juntou com a do Movimento Sindical e do PT para fazer avançar a candidatura de Lula.

Também foi importante na campanha pelo candidato da FBP a participação da juventude, do Movimento Estudantil, dos Grupos de Jovens, em geral ligados à Pastoral da Juventude da Igreja Católica.

No campo, notou-se bastante correspondência também entre os lugares onde Lula teve o melhor desempenho e onde há maior intensidade de lutas pela terra, conflitos e assentamentos resultantes de luta popular. No entanto, tal correspondência não foi geral. Houve regiões de luta pela terra, inclusive com atuação do Movimento dos Sem Terra, onde os resultados obtidos por Lula foram muito fracos.

trabalhador vota em trabalhador ?



Outro aspecto a considerar na interpretação dos bons resultados eleitorais do candidato da esquerda em 89 é a composição de classes das diversas áreas do Nordeste, assim como as transformações sociais em curso na região.

Foi clara a maior facilidade de vitória de Lula, já no primeiro turno, onde se encontram concentrados os assalariados urbanos, sobretudo os trabalhadores industriais: é o caso das capitais, principalmente de Recife e Salvador, pólos maiores de desenvolvimento industrial. Não foi o caso porém de Fortaleza, também grande pólo industrial, no primeiro turno.

Também no campo, o candidato da FBP obteve clara vantagem em quase todas as áreas onde se concentram os trabalhadores rurais assalariados (zonas canavieiras da Paraíba e Pernambuco, zona cacauíra da Bahia) com exceção de Alagoas, onde entraram em jogo outros fatores a favor de Collor.

Na área atingida pelos grandes projetos de mineração e indústrias ligadas a eles, no Maranhão, Lula também obteve resultados superiores à média, com exceção do município de Imperatriz.

Na Paraíba notou-se também um melhor desempenho de Lula nos municípios onde predomina o minifúndio em lugar do latifúndio; isto significa que o pequeno proprietário rural, mais livre frente ao poder local do que os arrendatários e parceiros, aderiu mais facilmente à candidatura da esquerda. É provável que isso se tenha dado também em outros estados.

Os funcionários públicos em geral, principalmente os que estão em conflito com os governos estaduais que apoiaram Collor ou outro candidato, sentindo-se ameaçados pela perspectiva de demissão com que Collor acenava, ajudaram a inclinar a balança para o lado do candidato da esquerda, principalmente nas capitais onde eles se concentram.

muda o nordeste, muda o voto

Tais dados evidenciam que, para explicar a mudança na tendência de voto no NE, para além das características imediatas dos comportamentos de campanha, há que considerar uma série de mudanças sócio-econômicas objetivas que estão acontecendo na região.

Não se pode mais ter uma imagem do Nordeste como de uma ilha de estagnação contra a imagem de um mar de desenvolvimento representado pelo Centro-Sul.

As ilhas de industrialização instaladas na região, os grandes projetos como Carajás, no Maranhão, a irrigação nas margens do São Francisco e outros vales produzindo frutas para exportação, a frente de soja no oeste da Bahia que já vai atingindo o sul do Piauí e do Maranhão, uma certa modernização agro-pecuária, o próprio setor de hortifrutigranjeiros desenvolvendo-se em torno às grandes cidades, tudo isso gera mudanças sócio-culturais significativas. Evidentemente, essas mudanças vão quebrando certas condições objetivas de dominação como as que favoreciam o voto de cabresto e, em boa parte, o próprio voto clientelístico.

A aceleração da urbanização é uma dessas mudanças significativas. O Censo de 91 nos mostrou as dimensões desse fenômeno na década de 80, no Nordeste. Não cresceram apenas as capitais e cidades de porte médio. Também as cidades do interior cresceram e, mesmo que os moradores de suas "pontas de ruas" ainda continuem trabalhando no campo como assalariados ou parceiros, de qualquer maneira a urbanização desestabiliza os antigos esquemas coronelistas, de "cabresto". Esse novo contexto urbano, ainda que "micro-urbano", cria novos espaços e condições objetivas para a mudança política.

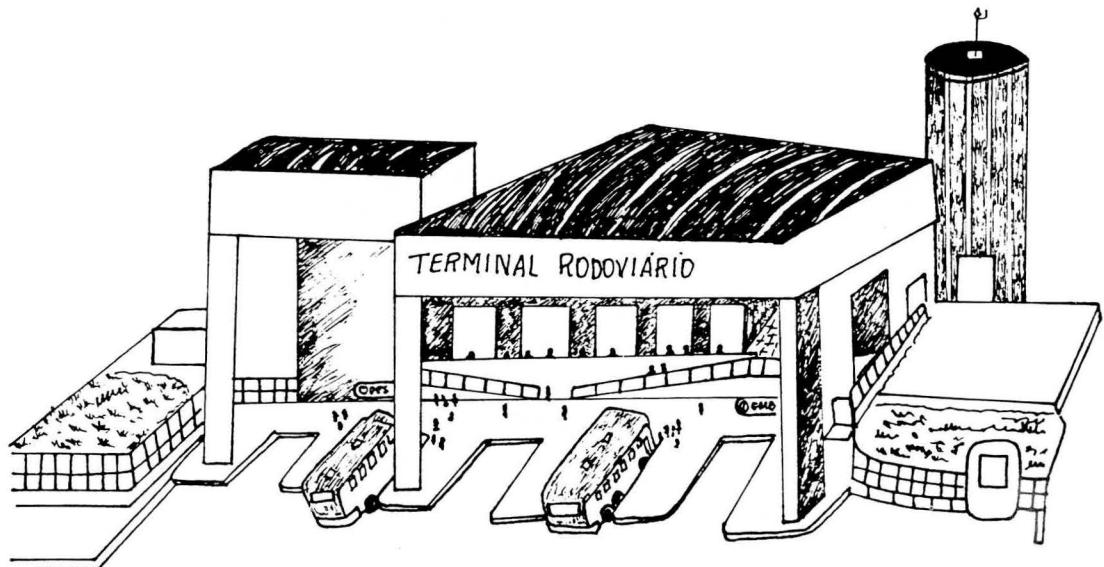
Também está havendo uma maior integração regional-nacional. Há uma maior circulação de pessoas, idéias, etc.. Não se pode ignorar a influência do migrante, seja aquele que já está de volta ao Nordeste, seja o que está no Sul mas visita e se comunica com a família que ficou aqui. Eles, distanciados da dominação tradicional local, certamente influíram na votação de Lula.

Também foi importante, no interior, a influência dos estudantes que vivem nas capitais mas voltam para lá nas épocas de eleição.

Essa circulação de migrantes, estudantes e outros, carrega idéias, ajuda a mudar no nível local. As identidades passam a ser sentidas pelas pessoas a nível estadual, nacional. As pessoas vão passando a se ver como membros de uma classe e não mais como seguidores de uma ou outra família dominante, ou morador da comunidade tal.

Considere-se também, para explicar os resultados eleitorais de 89, o fato de que a recente urbanização faz com que uma parte significativa do eleitorado que já mora nas capitais, onde a tendência para a esquerda foi muito mais forte, continue voltando para votar no interior, influindo em parentes e amigos, nos indecisos de última hora.

Pela presença de tais fatores, a mudança que se verificou no comportamento eleitoral no Nordeste na eleição presidencial de 89 não foi simplesmente algo passageiro, fruto de uma conjuntura muito imediata. É claro que há refluxos, mas na medida em que as mudanças políticas resultam de mudanças mais profundas, nada será mais simplesmente como antes.



comunicação e nova cultura política

Finalmente, o papel dos meios de comunicação de massa na criação de uma nova cultura política no Brasil, a partir daquelas eleições presidenciais, merece um capítulo à parte.

É certo que eles foram fundamentais para Collor como canal de construção e de divulgação de sua figura "carismática", ainda mais que, em grande parte, as empresas de comunicação se dispuseram intencionalmente a fazer isso, como todo mundo sabe. No Nordeste isso não foi diferente do resto do país.

Porém, a abrangência da televisão e do rádio, e o fato de terem que divulgar nacionalmente os programas eleitorais de todos os partidos, de certa forma também se contrapuseram à manipulação a favor de Collor. Assim, os meios de comunicação ajudaram o próprio Lula, levando sua figura muito além do que as estruturas organizativas dos partidos da FBP e de seus aliados da primeira hora poderiam levar.

A partir da campanha de 89 Lula não é mais simplesmente um deputado do PT ou um operário que virou político. Lula tornou-se uma liderança política nacional, que tem vida própria. O PT não é mais apenas um partido de trabalhadores, é um partido que começa a ganhar autoridade para falar em nome da sociedade brasileira. Não é mais um partido reivindicativo das camadas assalariadas da população. É, agora, o porta-voz de um projeto alternativo de governo para toda a sociedade.

Por outro lado percebe-se que, pela discussão política intensa através dos meios de comunicação, vão surgindo os elementos de uma nova cultura política no Brasil. Palavras como "programa", antes significativas apenas para uma minoria intelectualizada e para a esquerda, a própria palavra "esquerda", com um significado mais claro, passam a ser incorporadas por setores muito mais amplos da população. Surgiu também uma concepção nova de "aliança", não feita apenas na base do oportunismo fisiologista mas de posições ideológicas e programáticas. Provavelmente permaneceu na memória do eleitor comum quem se juntou e quem não se juntou para o segundo turno de 89 e o fato de que essas alianças se fizeram com base em certos parâmetros e não apenas para somar votos.

Pois bem, tudo isso enriqueceu a cultura política e se reflete num amadurecimento político de eleitorado brasileiro. É claro que isso é ainda muito contraditório, os partidos políticos de maneira geral estão desacreditados, mas esses elementos novos de cultura política podem, para muitos, dar uma nova credibilidade ao "fazer política" no Brasil. Seriam a semente de um novo tipo de política, num patamar superior.

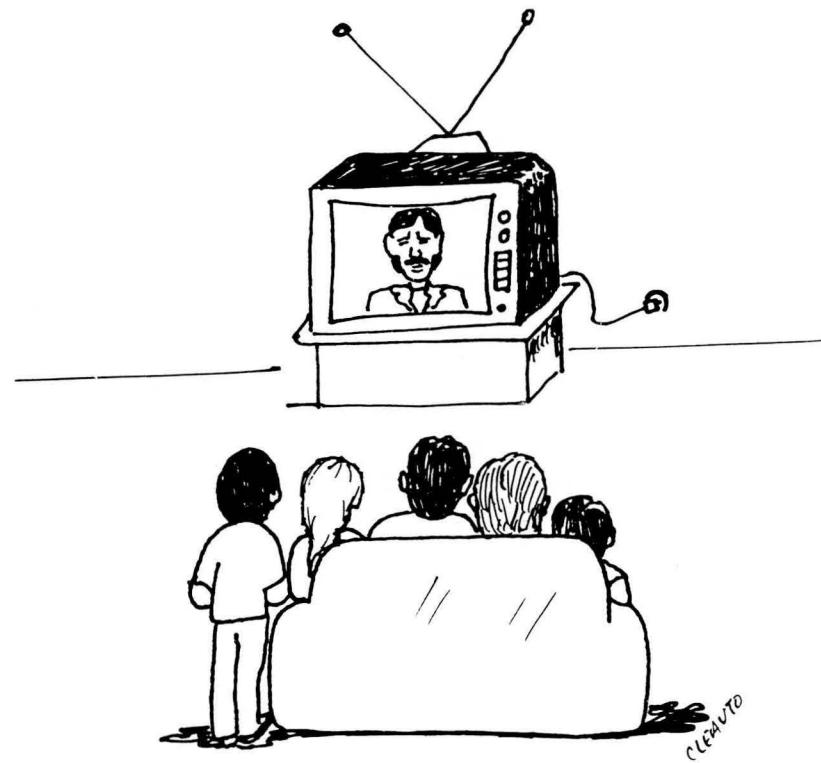
Tudo isso atingiu também o eleitorado nordestino, somando-se a todos os demais fatores que já apresentamos para indicar razões de mudança política duradoura.

No caso da região nordestina há ainda um outro fato a considerar, que trouxe condições especiais à campanha eleitoral de 89 para a Presidência da República. Em grande parte dos municípios do interior do Nordeste, até então as redes de televisão só chegavam através de antenas parabólicas instaladas pelas prefeituras, que captavam os sinais diretamente dos satélites, como vêm transmitidos das centrais de cada rede, do

Rio e de São Paulo. Isto quer dizer que os programas gerados localmente, em cada estado, não eram recebidos nesses municípios. No caso de eleições estaduais e municipais, como foi a de 1988, os programas eleitorais que esses municípios recebiam não eram os de seus estados, mas os dos estados do Sul e quase nada significavam para os eleitores nordestinos.

A realização de uma eleição "solteira" para presidente mudou radicalmente essa situação, já que a programação eleitoral era única para todo o país. Essa diferença de situação foi muito mais significativa para a esquerda do que para os partidos e candidatos burgueses. As forças tradicionais contavam com outros meios de atingir amplamente o eleitorado do interior, pois tinham recursos financeiros para deslocar seus quadros, contavam com máquinas partidárias muito mais poderosas e o apoio permanente dos poderes locais. Já os partidos da Frente Brasil Popular só em 89 tiveram a possibilidade de atingir, com sua mensagem política, a todo o interior do Nordeste de maneira muito mais homogênea.

É claro que este fator jogou também a favor do crescimento de votos da esquerda em relação a eleições anteriores e explica o fato de que Lula obteve votos, por vezes muito significativos, em todos os municípios da região, mesmo os mais remotos onde jamais houve nem trabalho partidário de esquerda, nem movimentos sociais importantes e nem a presença significativa da Igreja progressista. Lula chegou lá através da televisão e do rádio.



2º turno: muda o quadro

No segundo turno da eleição outros fatores entraram em jogo.

A frente de partidos que, pelo menos "oficialmente" apoiava Lula se ampliou. No caso de Collor, com sua atitude auto-suficiente, o apoio de outros partidos no segundo turno foi mais informal, mas de fato muito mais eficiente.

No segundo turno, a candidatura de Lula no Nordeste só contou com um apoio muito parcial do PMDB e do PDT, e menos ainda do PSDB. Os políticos mais "autênticos" do PMDB apoiaram Lula mas, em geral, a transferência de votos que isso poderia significar foi bem abaixo do que seu partido tinha obtido no primeiro turno. De acordo com os dados eleitorais, Lula não ganhou em grande parte dos municípios onde Ulisses tinha sido o primeiro - as exceções mais importantes foram na Bahia, onde o grupo "waldirista" conseguiu transferir grande parte de seus votos para Lula, sobretudo na região cacauíra, e em Pernambuco, onde o PMDB de Arraes certamente teve grande peso na vitória de Lula no Estado.

Do PDT nordestino também, em geral, Lula só contou com o apoio da pequena parte mais "autêntica" do partido. Quase todo o contingente de ex-pefelistas agora abrigados sob a sigla do PDT na região, no segundo turno simplesmente "colloriu". Alguns o fizeram já no primeiro turno. De maneira geral os votos de Brizola só se transferiram parcialmente para Lula, com exceções importantes: o Ceará, principalmente Fortaleza, alguns pontos da Paraíba e do Rio Grande do Norte, além de municípios isolados em outros estados.

Já os líderes do PSDB na região, com raríssimas exceções, ou se abstiveram de manifestar apoio claro a um candidato, "liberando" o voto de seus eleitores, ou "colloriram" abertamente.

A única adesão completa a Lula, entre os partidos que tinham candidatos próprios no 1º turno, foi a do PCB, dono de poucos votos, mas de uma militância importante.

Um exame dos resultados eleitorais de cada estado do Nordeste nos mostra então que, de modo geral, foi relativamente pequena e irregular a transferência de votos dos candidatos derrotados no primeiro turno que tinham declarado seu apoio ao candidato da FBP. Grande parte desses votos foram para Collor.

Por outro lado, em todo o Nordeste a votação de Lula subiu muito do primeiro para o segundo turno, em vários estados muito mais do que a de Collor. Praticamente não houve município onde ele tivesse menos votos que no primeiro turno. Isso se deve a que Lula herdou também parte dos votos que haviam sido depositados em outros candidatos da direita (Maluf, Afif, Aureliano, etc.) e possivelmente os dos "micro-candidatos" que, no Nordeste, tinham tido mais do que o dobro de votos que sua média nacional. Tal transferência pode ter se dado, em parte, por livre escolha dos eleitores mas foi também, certamente, efeito do voto "anti-Collar", identificável em todos os estados. Alguns representantes das oligarquias locais e políticos tradicionais, que por vários motivos se colocavam contra a candidatura de Collor, não tiveram outro remédio senão apoiar Lula, sobretudo para não ter que juntar-se com algum inimigo político que

já havia "collorido" antes. Alguns desses até mesmo revitalizaram seu clientelismo, agora a favor de Lula, descaracterizando localmente o estilo de campanha da FBP.

Mesmo considerando tais "apoios" há que creditar o crescimento de Lula junto ao eleitorado nordestino em grande parte a capacidade de aproveitar e trabalhar os espaços que surgiram por parte da militância dos que o apoiaram .

as elites, afinal, colloriram



Se houve alguns representantes da classe dominante do Nordeste que preferiam ver "Lula lá", a imensa maioria deles não teve mais dúvidas de que sua alternativa era Collor. Os que o haviam desprezado no início da campanha tiveram que correr para fazer aceitar seu apoio de última hora, apesar de humilhados pelo candidato que se vangloriava de não precisar de apoio das "elites" para vencer. As oligarquias, antes hesitantes e divididas, se uniram em torno de Collor, pois tinham medo do "comunismo" e já viam suas fazendas, mansões, carros e empresas expropriadas por Lula... Passaram por cima de antigas divisões para "salvar a pele".

A fase final da campanha "obrou milagres" no Nordeste: viam-se juntas, no mesmo palanque "collorido", famílias oligárquicas que são tradicionalmente inimigas mortais. Na mesma linha "milagrosa", assistiu-se a uma espécie de "ressurreição" política de velhos "coronéis" decadentes, subitamente fortalecidos pelo fato de terem sido os primeiros a apoiar Collor, com direito a lugar de honra no palanque. Tal "ressurreição" foi marcante no Ceará, onde Tasso Jereissati não pode fazer "o que seu coração mandava", subindo no palanque de Collor, para não se encontrar lado-a-lado com os "coronéis" contra os quais disputou o poder no estado; o remédio foi ficar "neutro"...

como collor venceu no nordeste

Esse fenômeno "municipalizou" a campanha e trouxe de volta o clientelismo e até o "cabresto", de maneira generalizada.

Com isso, Collor conseguiu vencer em todos os estados do Nordeste com exceção de Pernambuco, apesar de Lula vencer em todas as capitais, em muitas com uma margem bem larga de vantagem, com exceção de Maceió.

Ao contrário do que acontecera no primeiro turno, na etapa final Lula teve uma porcentagem de votos na região (33,61%) inferior à sua média nacional (37,86%).

Além da força da direita unida, do clientelismo revigorado, o jogo pesado do outro candidato contra Lula, explorando o anti-comunismo primário da população, dizendo o que queria sobre os acontecimentos do Leste Europeu e sobre as propostas do PT e da esquerda brasileira em geral e, finalmente, tentando "jogar lama" na moral de Lula teve seu efeito sobre uma parcela da população mal informada e moralista. Os próprios militantes engajados na campanha da FBP muitas vezes ficaram desconcertados e perplexos, sem saber como responder a essas acusações.

Em vários estados houve repressão aos militantes da Frente, redução do transporte coletivo nas capitais no dia da eleição; em Alagoas acredita-se que houve fraude, o que pode ter acontecido em outros lugares também.

Enfim, o fato é que Collor ganhou no Nordeste, como ganhou no Brasil inteiro. Mas será que o Nordeste ganhou com Collor, como esperavam muitos que o viam como nordestino?



4 - A PRAGA COLLORIDA E O NORDESTE

a política econômica

O estilo de Fernando Collor, posando de super-herói, salvador da pátria, queria fazer parecer que sua política era algo de inteiramente original. A verdade, porém, era outra coisa...

No Brasil - como em outros países do Terceiro Mundo - a situação de dependência e crise econômica tornava inapelável para o capitalismo a adoção de medidas neo-liberais, veiculadas pelas pressões do FMI e por outras agências internacionais. Era claro que essa seria a base da política de Collor, sobretudo no quadro da conjuntura mundial, em que o modelo neo-liberal que ele pregava tornava-se hegemonicó.

A política econômica geral do governo Collor caracterizou-se principalmente por um choque monetário e um ajuste fiscal, privatização e a chamada abertura da economia.

O choque monetário consistiu numa redução drástica da liquidez (disponibilidade de moeda e outros meios de pagamento correntes na economia) visando, sobretudo, combater a inflação. Essa dose de choque monetário foi extremamente exagerada. Tal dose provocou uma recessão imediata, com a redução dos níveis de consumo e de produção trazendo como consequência o desemprego, licenciamento, férias coletivas, redução na jornada de trabalho, eliminação das horas extra, etc.. Empresas diminuíram drasticamente a produção ou simplesmente fecharam as portas.

Objetivando reduzir o déficit público - apontado pela equipe técnica do governo como sendo a principal causa da inflação - o Plano Collor pretendeu aumentar a arrecadação através de criação de novos impostos e de elevação das alíquotas sobre alguns dos impostos já existentes.



a recessão no nordeste: devastação

O Nordeste, como sempre, sofreu as consequências recessivas dessa política, provavelmente ainda mais do que outras regiões.⁴

Analizando os dados do IBGE sobre o desemprego já de março e abril de 90 verifica-se que, em todos os setores, a taxa de desemprego nas capitais nordestinas foi bem superior à das metrópoles do sul .

Em todos os estados do Nordeste constatava-se um quadro de demissões e desemprego. Os setores mais atingidos foram, sem dúvida, os trabalhadores da construção civil, os bancários, os funcionários públicos e empregados de empresas públicas e estatais.

Considerando que, com exceção dos grandes pólos industriais - **Recife, Fortaleza e Salvador** - nos demais estados do Nordeste o setor industrial é muito débil, ou até insignificante, percebe-se o peso que tem aqueles outros setores no perfil geral do emprego nesses estados. O desemprego nesses setores representou, portanto, um duro golpe para a população e a economia da região.

Isso não quer dizer que os grandes pólos econômicos do Nordeste, Salvador, Recife e Fortaleza, tenham sofrido menos.

Acrescente-se a esse quadro o fato de que, para os trabalhadores demitidos, já quase não restava nem a alternativa de arranjar-se com o chamado mercado informal, com o biscoite: essa possibilidade tornou-se ainda mais precária pela redução do nível de renda e emprego da classe média - no Nordeste, composta em grande parte por funcionários públicos e bancários - e da população em geral.

reforma administrativa: efeitos no nordeste

A reforma administrativa de Collor tinha como principal objetivo, segundo o discurso do governo, a redução do déficit público, grande culpado da inflação.

No Nordeste , essa reforma administrativa foi sentida fortemente, a nível das suas consequências sociais. Observou-se o quase desaparecimento do serviço público, especialmente de saúde e educação, que é uma calamidade para uma população pobre como a da região. Acrescente-se o enorme peso que as demissões de funcionários têm na sociedade nordestina, onde o setor privado da economia emprega muito menos que em outras regiões e o emprego público representa uma imensa fatia do perfil de emprego.

⁴ Ver Caderno do Nordeste nº 4 , "Nordeste e Nordestinos na conjuntura da recessão", EQUIP, CENAP,FASE,1992.

Em todos os estados da região houve inúmeras demissões, aumentadas especialmente pela extinção de órgãos federais como DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra as Secas).

políticas para o nordeste

Para o Nordeste - onde estão os maiores contingentes de população pobre e indigente, com as maiores taxas de desnutrição, mortalidade infantil, analfabetismo, desemprego urbano e rural, etc. - a estratégia proposta pelo governo anuncia dois eixos de atuação. Nas palavras do Secretário Nacional para o Desenvolvimento Regional, Egberto Batista, tratava-se de **"desenvolver os bolsões de riqueza e combater a miséria absoluta"**.

De fato, só se contemplou o primeiro desses eixos de atuação através de investimentos (via FINOR e outros mecanismos) para o desenvolvimento de culturas irrigadas voltadas para a agro-indústria e o mercado externo, principalmente às margens do Rio São Francisco, em especial na área Petrolina-Juazeiro.

Na realidade, desenvolveram-se não tanto "bolsões de riqueza", mas sim riqueza nos bolsos dos empresários que produzem frutas e legumes para a agroindústria e a exportação: manga, melão, uvas, melancia, espargos, etc.. Como esses cultivos são feitos com tecnologia muito avançada, poupadora de mão de obra, não criam emprego significativo que modifique as condições de vida da população sertaneja. Apenas uma pequena parte dos pequenos agricultores se integra nesse processo. São os chamados **pequenos produtores integrados**, isto é, totalmente dependentes de uma determinada agro-indústria para financiamento, para decisão do que e como produzir e para a comercialização.

Para os **pequenos produtores autônomos** no Nordeste restaram praticamente as terras secas do sertão que não interessam ao grande capital. Nenhuma medida de apoio a eles foi tomada por Collor, e mesmo linhas de financiamento antes existentes foram eliminadas.

Sintomaticamente, em cada estado da região, os órgãos do Estado colocaram em disponibilidade dezenas de **técnicos agrícolas**, que representavam a pouca assistência técnica que se oferecia aos pequenos produtores.

Para os **sertanejos**, o governo Collor chegou a anunciar a solução redentora: bastava dar-lhes suficientes informações para que pudessem prever o tempo, as secas e chuvas e se prevenir... Depois de tantos gastos e planos inúteis no passado, finalmente se descobria a grande arma contra a seca: o boletim meteorológico ! Quem diria !

Outro setor que mereceu investimentos na região nordestina foi o do turismo que, na prática, gerou poucas oportunidades de emprego, a menos que se considere emprego a prostituição de adolescentes que passou a proliferar em todas as capitais da região.

a dor sem analgésico

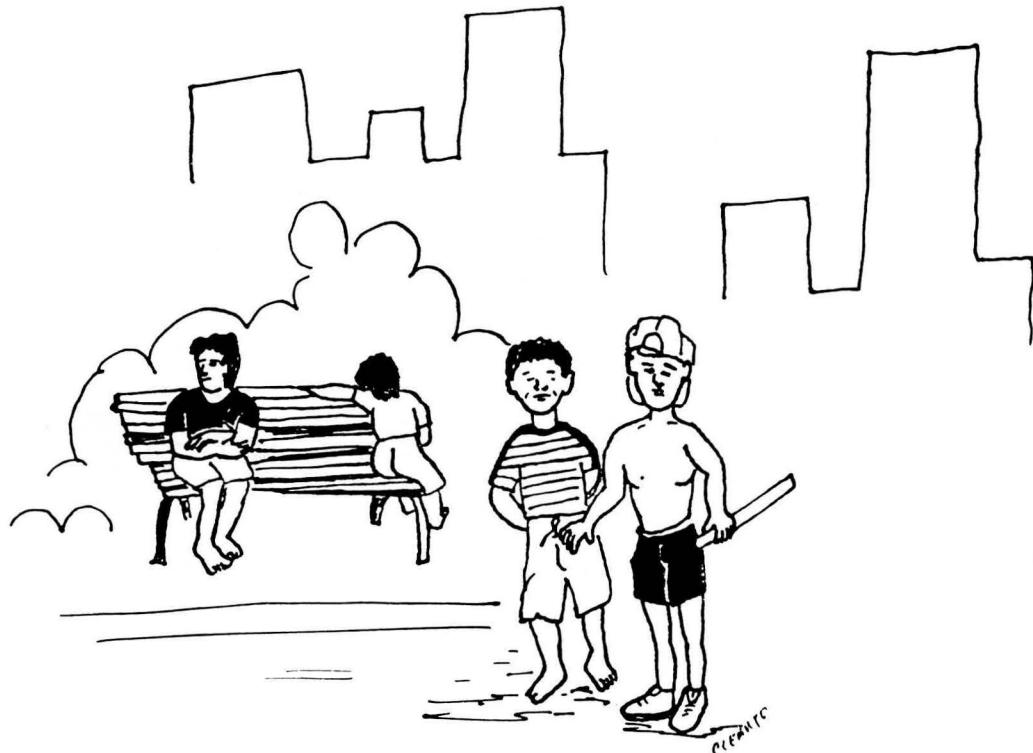
Collor se elegera como o campeão dos "descamisados" e fundamentalmente com o voto deles, sobretudo dos pobres do Nordeste.

Na sua campanha, anunciara que os pobres seriam sua prioridade. Esperava-se que iria investir em políticas assistencialistas, que compensassem parcialmente os efeitos de sua política econômica recessiva. Esperava-se que o Nordeste, a região sabidamente mais pobre do país e berço político de Collor, seria o alvo privilegiado dessas políticas compensatórias.

Na realidade, as dezenas de planos nesse sentido não passaram de discurso vazio e show televisivo, como o tal de Ministério da Criança. O pouco que havia para os miseráveis desapareceu: o ticket do leite de Sarney, a merenda escolar, o precário serviço público de atendimento à saúde.

No Nordeste, apesar da seca evidente que castigou, já no ano de 1990, grande parte do sertão de todos os estados da região, nem as tradicionais "frentes de emergência" foram abertas pelo governo collorido.

Quando estourou o escândalo que culminou na queda de Collor é que se soube para onde iam os recursos federais... para PC Farias financiar as eleições parlamentares e o luxo collorido.

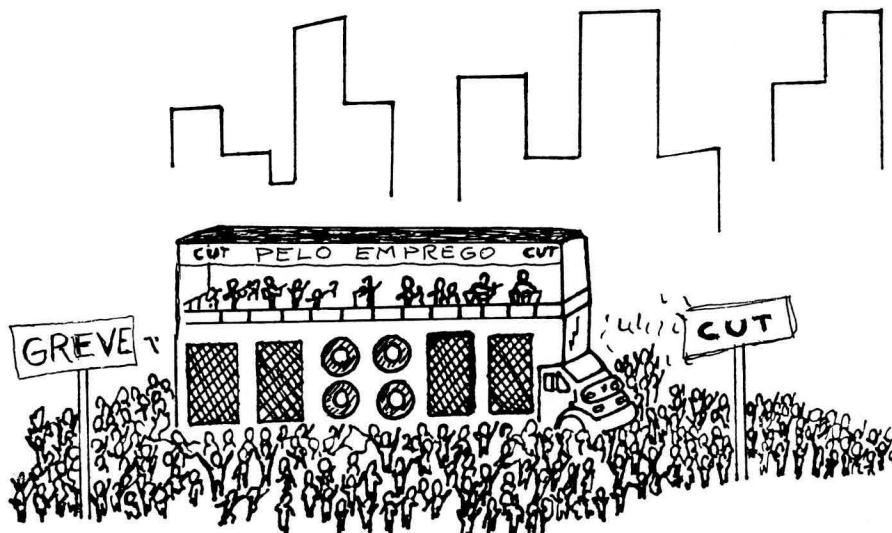


crise nos movimentos sociais

Antes de mais nada o Movimento Sindical teve que enfrentar gigantescas consequências da recessão e do desemprego causadas pela política econômica de Collor.

A luta tornou-se muito mais difícil porque não tardaram a vir demissões, férias coletivas e colocação em disponibilidade, no caso dos servidores públicos.

Num quadro de recessão econômica, quando a principal preocupação dos trabalhadores torna-se a manutenção do emprego, a atitude defensiva era inevitável, bem como a crise no Movimento Sindical combativo.



Logo se fizeram sentir as consequências dessa situação sobretudo para a CUT, cujo crescimento e dinamismo se deveu essencialmente à sua combatividade, avançando e se estruturando a partir das lutas. A grande limitação que a recessão impôs à capacidade de luta dos assalariados e o desemprego, fazendo diminuir a base social dos sindicatos e a taxa de sindicalização, conduziram o sindicalismo combativo a um clima de crise.

Pesou sobremaneira, para o Movimento Sindical urbano em geral e para a CUT em particular, o forte golpe sobre as categorias dos funcionários públicos e dos empregados das empresas estatais, as mais numerosas no Nordeste, que vinham se mostrando das mais combativas e organizadas:

- - instaurou-se um verdadeiro terror entre os servidores públicos, intimidando-os quanto a sua luta;
- - diminuiu-se a base social dos sindicatos dessas categorias, com fortes efeitos sobre o Movimento Sindical em geral;

- - diminuiu-se ainda mais a qualidade do serviço público, dificultando a solidariedade da população aos servidores públicos em suas greves e reivindicações.

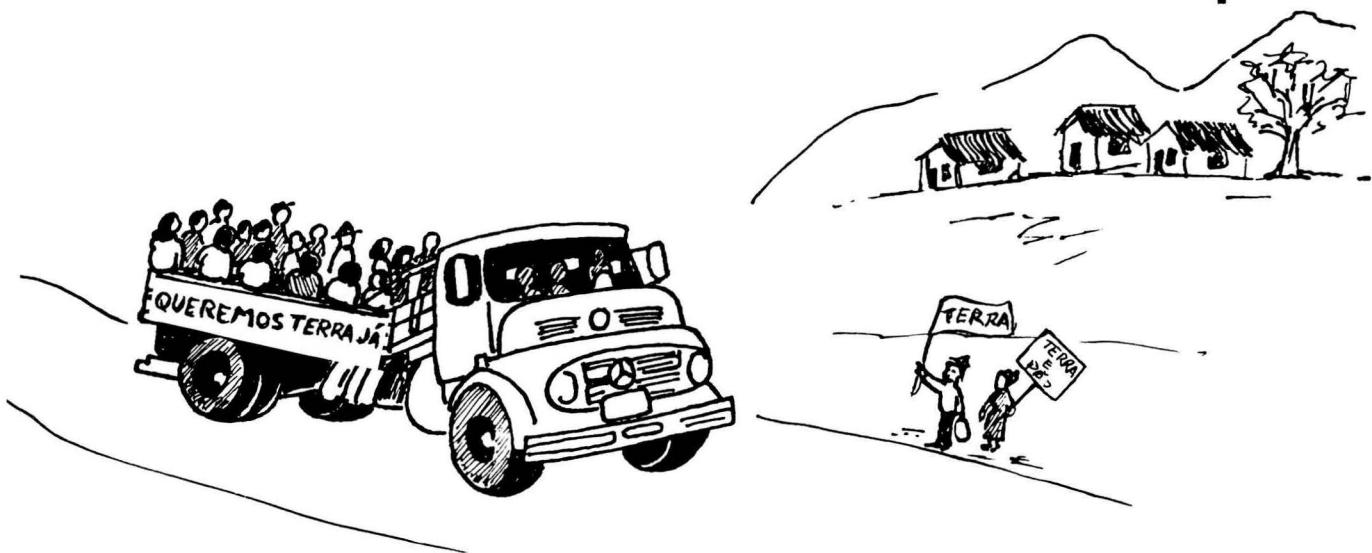
É fato que, na região, nos primeiros meses do ano de 90, os trabalhadores tentaram reagir e multiplicaram-se as greves por categorias ou por empresas. Até mesmo categorias não sindicalizadas e que nunca se tinham mobilizado antes partiram para paralisações. Houve até a criação de novos sindicatos.

Multiplicaram-se também outros tipos de campanhas, atos públicos, manifestações, principalmente por parte de funcionários públicos e de empresas estatais, tentando envolver a população toda na luta contra o desemprego, o arrocho salarial, a extinção e a privatização de órgãos e empresas e suas consequências.

O saldo dessas lutas, porém, com poucas exceções, foi mínimo. Em muitos casos, nada, frente à completa indiferença do governo e precária situação das empresas. Em outros casos os trabalhadores se viram obrigados a ceder inteiramente em suas reivindicações salariais para conseguir estabilidade de 60 dias ou a readmissão dos companheiros postos na rua. Em muitos casos só se conseguiu algum resultado, readmissões principalmente, através do recurso ao poder Judiciário.

Aquele impulso de mobilização dos primeiros meses de 1990 não conseguiu se manter e o fato é, que desde então, o **clima de crise se estabeleceu no Movimento Sindical** e permanece nos anos seguintes.

o movimento no campo

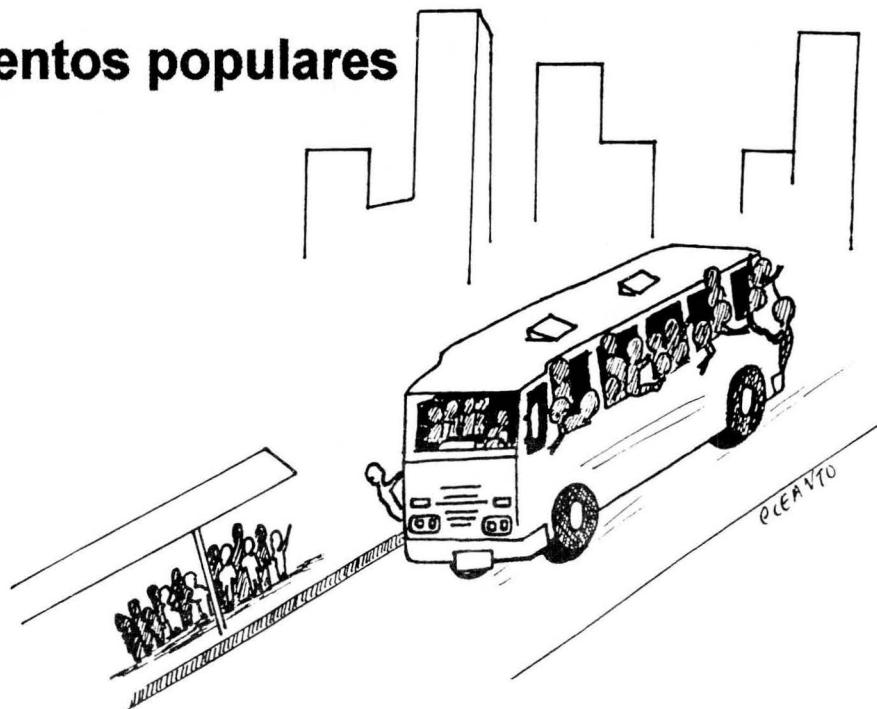


No âmbito da luta pela terra, o que se verificou no Nordeste - no primeiro ano de política "collorida" - foi um acirramento dos conflitos, com a continuação das ocupações de terras pelos trabalhadores sem terra em praticamente todos os estados da região.

O campo nordestino foi também o palco de saques ao comércio das cidades, feitos pelos trabalhadores rurais desesperados pelos efeitos da seca que não contavam mais nem com o paliativo das frentes de emergência.

O Movimento Sindical rural no Nordeste se via obrigado a enfrentar o grande desafio de **repensar** sua estrutura. Já não se sustentava apenas com o discurso genérico de "união/organização". Tem que **responder às necessidades concretas e diversificadas dos trabalhadores**, aprender de uma vez por todas a considerar e **trabalhar com as diferentes categorias no campo**, com interesses diferentes. Também aí o clima de crise se instalou.

os movimentos populares



No Nordeste, mais do que em outras regiões, os Movimentos Populares são o modo possível de organização para a maioria da população, com o aumento do desemprego, da marginalização e sua sobrevivência no chamado mercado informal, onde não é possível a sindicalização.

No ano de 90 houve na região uma **intensificação da luta popular**, sobretudo a luta pela habitação, tendo aumentado por toda parte as **ocupações de terreno urbano**, até mesmo em cidades do interior. Só em **Fortaleza** houve 120 ocupações entre abril e junho !

Entretanto, os Movimentos Populares no Nordeste já acumulavam debilidades. Apresentam uma enorme **falta de unificação e articulação** entre si. A **diversidade** dos tipos de movimento e a influência de diferentes partidos políticos dificultam sua articulação.

A maioria das lutas urbanas, das centenas de ocupações de terrenos urbanos se fazem de maneira espontânea, imediatista e desorganizada e os grupos de base são, em geral, despolitizados. As organizações de bairro **não têm clareza quanto a seu papel frente ao Estado** e suas políticas sociais. Têm dificuldade em conhecer e compreender os projetos governamentais.

A **miséria generalizada** dificulta extremamente a resistência ao paternalismo e à cooptação. A **proximidade** desses movimentos com o **poder político local**, que investe

muito junto a eles, aumenta essas dificuldades. A consequência é a descrença de grande parte do povo na luta e a espera do assistencialismo.

Com a campanha para as eleições de governadores e deputados de 1990, muito mais localizadas do que a eleição para a presidência da República, grande parte das associações de moradores se limitaram a ser aparelhos eleitorais de determinados políticos, organizando seus associados como cabos eleitorais mal pagos.

5 - ELEIÇÕES DE 1990 NO NORDESTE

collor ainda enganava

É importante lembrar também que, apesar de responsável pelas políticas recessivas e pelo desmantelamento da administração pública que bateu duramente no povo, durante os primeiros tempos de seu governo Collor ainda conseguiu enganar grande parte da população. A intensa propaganda feita logo nos primeiros dias, com o lançamento de seu plano de choque econômico, dizia que ele estava finalmente batendo nos ricos que sempre tinham se aproveitado, tinha tomado o dinheiro deles para beneficiar os "descamisados". Muita gente acreditou nisso e se sentia "vingada" por Collor. Também a desaceleração da inflação nos primeiros meses, após sua violenta intervenção na economia, aparecia para o povo como um fruto positivo imediato de sua política. Isso junto com os efeitos do uso intensivo dos meios de comunicação para manter sua imagem de herói conseguiu manter grande parte do apoio popular que lhe valera a eleição em 89.

Esse fato vai ter peso importante no quadro político que se expressará nas eleições para governadores e deputados no final de 1990.

o clientelismo revigorado

O agravamento das condições de vida do povo nordestino em consequência das políticas de Collor, a crise dos Movimentos Sociais e a intervenção corruptora da "República de Alagoas" criaram um quadro propício ao reavivamento e ao sucesso das formas tradicionais de fazer política no Nordeste.

No primeiro ano do governo Collor, em todo o país, assistiu-se ao renascimento e ao avanço eleitoral das **forças políticas mais reacionárias**, declaradamente favoráveis a Collor, todas travestidas de "modernas".

O Nordeste não fugiu à regra: assistiu-se a volta dos coronéis, das oligarquias mais atrasadas que sempre mandaram na região, combinando-se ou dividindo-se em partidos e coligações para as eleições de governadores e deputados de 1990.

Eles se reapresentaram em todos os estados da região, nos quadros do PFL, PDS, PMDB, do mais novo PRN ou de pequenos partidos que não são mais que legendas de ocasião.

Basta lembrar o exemplo da **Bahia**, onde o velho Toinho Malvadeza (Antônio Carlos Magalhães) virou ACM, modernizou seu discurso para a capital, embora mantendo um mais atrasado para o campo, e deu até para dançar lambada. E ganhou folgadamente a eleição para governador, no primeiro turno.

Na **Paraíba** o PDT conseguiu colocar seu candidato na dianteira no primeiro turno. Porém não representava de fato uma contradição com o tom geral: tratava-se de um candidato tradicionalmente ligado à direita, ao famoso e violento Grupo de Várzea, e estava coligado com o PFL, de onde veio. Acabou porém por perder no segundo turno para o candidato do PMDB ligado ao empresariado mais moderno do estado.

No **RG do Norte**, a disputa no segundo turno das eleições foi entre dois membros da mesma família, a velha família Maia... e assim por diante.

A grande maioria dos candidatos majoritários, todos aqueles ligados aos tradicionais partidos da classe dominante, se declarava pró-Collar e disputava seu apoio.

Isso pode parecer estranho, já que essa gente sempre foi dependente de certas políticas, como as dos subsídios e incentivos, e de práticas de corrupção, favorecimento, empreguismo, clientelismo com recursos públicos, etc... que Collor se propunha a eliminar e nas quais já mexera com algumas medidas que tomou. Mas é preciso lembrar que, especialmente no **Nordeste**, a história mostra que a classe dominante sempre soube conciliar os interesses do setor moderno com os do mais tradicional e reacionário. Tal tipo de arranjo conseguiu se estabelecer também no governo Collor.

É também notável como as práticas eleitorais tradicionais na região, que pareciam ter perdido sua força nas eleições de 89, voltaram a todo vapor: a exploração da miséria do povo com a compra de votos, constatada em todos os estados, dessa vez somente com dinheiro - financiadas pelos "doadores eleitorais" - já que tinha ficado difícil prometer empregos no Estado.

Na realidade, o voto clientelista que havia cedido espaço a um voto mais independente, um voto de opinião ou de massa nas eleições presidenciais, voltou a predominar nessas eleições.



o pfl deita e rola

O maior beneficiário desse retrocesso foi o PFL: elegeu três governadores já no primeiro turno (Bahia, Pernambuco e Sergipe) e outros três no segundo turno (Piauí, Maranhão e R.G. do Norte).

Vejamos os resultados gerais da eleição de governadores em 1990:

UF	RESULTADO DO 1º TURNO		RESULTADO DO 2º TURNO	
BA	A. Carlos Magalhães	PFL		
PE	Joaquim Francisco	PFL		
SE	João Alves	PFL		
CE	Ciro Gomes	PSDB		
PI	Wall Ferraz	PSDB	A. Freitas Neto	PFL
	A. Freitas Neto	PFL		
MA	João Castelo	PRN	Edson Lobão	PFL
	Edson Lobão	PFL		
RN	Agripino Maia	PFL	Agripino Maia	PFL
	Lavoisier Maia	PDT		
PB	Wilson Braga	PDT	Ronaldo Cunha Lima	PMDB
	Ronaldo Cunha Lima	PMDB		
AL	Renan Calheiros	PRN	Geraldo Bulhões	PSC
	Geraldo Bulhões	PSC		

Dados do TSE

o nordeste garante a direita no congresso

Um dos aspectos mais marcantes dos resultados eleitorais de 90 no Nordeste, foi o fato de a região contribuir fortemente para puxar para a direita a composição do Congresso Nacional.

Os partidos de direita, (PFL, PDS, PRN, PDC), que apoiavam Collor declaradamente, juntos conseguiram eleger 50,1 % de todos os deputados federais eleitos pelo Nordeste. Esses partidos são os que abrigam a parte mais conservadora das classes dominantes do Nordeste, a oligarquia agrária, os latifundiários, aqueles que mantém, sobretudo no interior, a dominação política com base na dominação econômica e vice-versa, que mais se servem do clientelismo, da violência e da corrupção, do desvio de recursos públicos para favorecer-se econômica e politicamente.

Esse partidos tiveram, em 90, no Nordeste, um sucesso bem maior do que no país em geral. O eleitorado nordestino representa cerca de 27 % do eleitorado nacional. No entanto, vejamos os resultados obtidos pela direita na região em 1990, nas eleições parlamentares:

PARTIDO	NÚMERO TOTAL DE DEPUTADOS FEDERAIS	NÚMERO DE DEP. FEDERAIS ELEITOS PELO NE	PORCENTAGEM DOS ELEITOS NO NE SOBRE O TOTAL
PFL	82	48	58,53 %
PRN	40	14	35,00 %
PDC	22	7	31,81 %
PDS	43	8	18,66 %

PARTIDO	NÚMERO TOTAL DE SENADORES	NÚMERO DE SENADORES ELEITOS PELO NE	PORCENTAGEM DOS ELEITOS NO NE SOBRE O TOTAL
PFL	16	9	56,25 %
PRN	5	3	60,00 %
PDC	3	1	33,33 %
PDS	3	1	33,33 %

Dados do TSE

Não foi à toa que, depois, os políticos dos estados nordestinos "brilharam" especialmente entre os acusados pela CPI do Orçamento.

muda o panorama partidário

Foi visível também, nessa campanha, a confirmação do enfraquecimento do PMDB no Nordeste, que já tivera um desempenho lamentável na eleição presidencial. Não tendo se aliado abertamente a Collor, não pode se beneficiar de seu prestígio ainda em alta e dos dólares que seu esquema distribuía. Teve um resultado pobre se comparado com seus sucessos eleitorais em eleições anteriores: elegeu apenas 17,8 % de todos os deputados federais eleitos pela região, correspondentes a 25 % do total dos deputados eleitos pelo partido na Câmara Federal. Não conseguiu, em geral, sequer chegar ao segundo turno na eleição para governador, com exceção da Paraíba onde ganhou a eleição.

O PSDB também cresceu eleitoralmente no Nordeste, mas esse crescimento não foi regular na região e deveu-se sobretudo à sua força no estado do Ceará. Elegeu no Nordeste 29,72 % de sua bancada na Câmara Federal e 40 % de sua bancada no Senado: dos 10 senadores que o PSDB tinha em 1991, 4 eram do Nordeste. Elegeu Ciro Gomes governador do Ceará, já no primeiro turno, e conseguiu chegar ao 2º turno no Piauí, mas aí perdeu para o PFL.

Outro caso notável é o do PSB que, sobretudo devido à força de Miguel Arraes em Pernambuco, fez no Nordeste 9 dos 11 deputados federais que elegeu em 90. No entanto, seu crescimento também não foi significativo em todos os estados.

um eleitorado em mudança



Com esse quadro as **forças partidárias de esquerda**, no Nordeste, enfrentaram uma **conjuntura difícil** em 90. Sofreram de sua perene falta de recursos materiais, agravada pelo fato de que justamente sua militância e seus simpatizantes, trabalhadores assalariados e funcionários públicos, é que estavam sendo mais atingidos pelos efeitos da recessão. Não conseguiram nem produzir programas razoáveis para aproveitar bem o horário eleitoral gratuito.

Embora na maioria dos estados nordestinos se tenham reconstituído **Frentes Populares** que repetiam a composição da Frente Brasil Popular, ou até a ampliavam com a participação do PCB, não conseguiram aproximar-se, nem de longe, dos resultados obtidos pela Frente no primeiro turno da eleição presidencial de 89.

Em nenhum dos estados nordestinos a esquerda conseguiu sequer chegar ao segundo turno em 90, para a eleição de governadores. Houve porém um **crescimento do número de deputados estaduais e mesmo de federais de esquerda do Nordeste**, sobretudo do PT, como se deu em todo o país.

Na realidade, pode-se considerar que a **esquerda continuou crescendo** na política partidária da região, embora **em ritmo muito lento**, reconhecendo-se que a performance de Lula em 89 deveu-se muito mais à uma conjuntura favorável do que a um real acúmulo do PT e da esquerda em geral, no Nordeste.

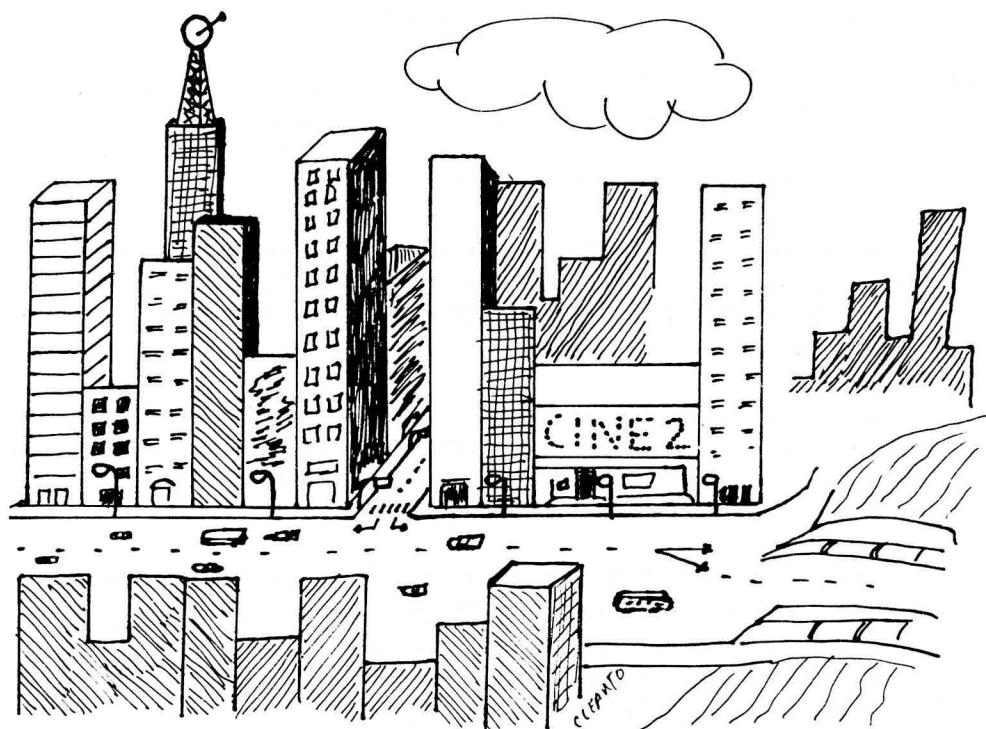
Mas esse avanço eleitoral da esquerda, apesar da conjuntura adversa, confirma que há uma mudança política ocorrendo no Nordeste, que tem avanços e recuos, mas que nunca recua exatamente ao ponto anterior. O novo vai se acumulando pouco a pouco. A miséria pode fazer recrudescer o voto clientelístico, mas uma parte crescente do eleitorado vai mudando para um tipo de voto mais livre.

Os resultados eleitorais de 1990, no entanto, indicam também que, apesar de que há sem dúvida mudanças sociais e culturais ocorrendo na região, as forças conservadoras, quando conseguem雇regar com todo empenho seus métodos, ainda conseguem prevalecer.

Apesar desse sucesso conjuntural, é visível que a dominação política exercida pelas oligarquias agrárias tradicionais no Nordeste, o reinado dos "coronéis" e dos usineiros de açúcar, não é mais a mesma. Sua posição se enfraquece, em relação com as mudanças no comportamento político do povo nordestino mas também com outras mudanças a nível nacional e internacional que exigem "modernização". A dominação mais tradicional sofreu abalos importantes, perdeu espaço, não necessariamente para uma alternativa popular, mas certamente para novas frações das classes privilegiadas. As próprias oligarquias, cuja prática quer continuar a mesma de sempre, tenta mudar pelo menos seu discurso, "modernizando-o" para responder aos novos tempos. Nestes anos 90 essa mudança parece avançar e se estabelecer para ficar.

Estará a força política das oligarquias mais tradicionais com os dias contados na região? Ou pelo menos nos estados menores e mais pobres onde é mais fraca? Estará uma nova hegemonia estabelecendo-se para durar no Nordeste? Novas práticas políticas, até com um tom de centro-esquerda, apareceram mais claramente a partir das eleições de 90.

um modo mais "moderno" de governar



De fato, a partir da eleição de novos governadores em 90, aparecem indícios de que estão se consolidando novas formas de fazer política e administrar em vários dos estados da região. Vejamos alguns fatos:

Os governos do Ceará, Piauí e Paraíba parecem ter conseguido fazer o que os demais estados e o próprio Governo Federal diziam que precisava ser feito mas não faziam ou não conseguiam fazer:

- "enxugaram" suas máquinas administrativas, reduzindo o número de funcionários em cerca de um terço...
- reduziram suas folhas de pagamento de mais de 100 % da receita em 1986 pra algo entre 50 % e 60 % em 1992...
- em 1992, fizeram investimentos com recursos de suas próprias receitas (25 % no Ceará, 15 % na Paraíba, 12% no Piauí)...
- puseram suas contas públicas em dia e as dívidas diminuíram. Desde 92 não atrasaram mais os pagamentos da dívida para com o Tesouro Nacional...
- passaram a fazer investimentos em obras públicas proporcionalmente maiores do que os demais estados... fizeram sucesso, sobretudo fora de seus estados, o programa de educação básica de Ronaldo na Paraíba e o programa de saúde de Ciro no Ceará...
- fala-se de governos eficientes que aplicam na administração pública a prática empresarial da racionalidade administrativa...

Ou seja, parecem ser, até certo ponto, a realização ao nível estadual do modelo que o projeto neo-liberal e o FMI pregam para o Estado brasileiro. Embora não se possam considerar essas medidas como mais populares, elas certamente não correspondem também aos costumes da oligarquia tradicional.

Por outro lado, estes mesmos governos estaduais partiram, no discurso e alguns já na prática, para a "parceria" com as frações mais modernas do empresariado de seus estados. Parceria aqui significa investimentos dos governos estaduais em infraestrutura, pesquisa, formação de mão de obra, etc., segundo prioridades definidas com o empresariado; significa também que os governos estaduais facilitam créditos subsidiados e isenções fiscais, tudo em troca do compromisso de empresários de investir e atrair capitais nacionais e estrangeiros para os respectivos estados.

Os três estados já citados tendem a ser acompanhados, nesse aspecto pelo menos, pelos de Pernambuco e Sergipe. É o "Pacto de Cooperação" do Ceará, o "Cresce Pernambuco", o projeto estadual de desenvolvimento da soja no sul do Piauí, o projeto estadual de criação de grande pólo de fruticultura para exportação em Sergipe, etc.⁵

Além de investir aí recursos próprios, os estados administrativamente "bem comportados" conseguiram, como recompensa, acesso mais fácil a financiamentos federais e externos.

O que é novo aqui é que assumem uma atitude mais ativa, tomam iniciativas, tratam de utilizar os recursos locais em lugar de simplesmente mendigar junto ao Governo Federal. A tradicional atitude de dependência e mendicância dos estados

⁵ Ver Caderno do Nordeste nº 5, "O Nordeste mudou. Quem quer mudar o Nordeste?" - EQUIP, 1994.

nordestinos para com o Governo Federal, o empreguismo como modo de se manter no poder parecem ceder lugar a práticas mais "modernas". Não foi à toa que os governadores aqui citados receberam expressivo destaque na imprensa escrita e televisiva a nível nacional.

Ao mesmo tempo, notou-se nesses estados a tendência dos governos estaduais e seus parceiros empresários a apresentar-se numa posição política de centro-esquerda e buscar alianças à sua esquerda, com partidos e movimentos sociais populares. Ciro Gomes do Ceará andou propondo explicitamente coligações à esquerda; Ronaldo Cunha Lima da Paraíba, com seu "Decreto das Águas", mandou abrir à população os açudes feitos com recursos públicos em terras privadas, à força policial se preciso fosse, atacando diretamente as oligarquias rurais; Joaquim Francisco de Pernambuco, saiu do PFL e andou buscando guarda partidária social-democrata; os empresários do "Pacto" do Ceará dizendo que "é preciso que governo e sociedade se comprometam com o exercício da cidadania e com as demandas coletivas"... etc.

É certo que também essas mudanças nas atitudes dos políticos, assim como as mudanças no comportamento do eleitorado, não são irreversíveis. Na realidade, há um constante vai e vem, mas que caracteriza justamente uma conjuntura de mudança política. Basta lembrar Ciro Gomes, que andara tentando seduzir a esquerda, já em 1994 se torna um dos campeões da aliança do PSDB com o PFL, na virada de seu partido à direita para a nova eleição presidencial em 1994. Na convenção nacional do PSDB chegou a agredir publicamente, com insultos pesados, os correligionários que se opunham a essa aliança com a direita e já foi acusado de estar usando aviões do governo para fazer campanha eleitoral em 94, prática nada "moderna"...

6- 1992, NOVA VIRADA

O quadro que propiciou a vitória dos partidos conservadores em 1990, porém, não havia de durar por muito tempo. A recessão se manteve, a inflação disparou, a vida do povo continuou a piorar dramaticamente e, no Nordeste, a seca que se iniciara em 90 se manteve e se agravou trazendo ainda mais miséria.

Tudo isso e, finalmente, o estouro do escândalo da corrupção envolvendo Collor e seus próximos, que foi culminar no impeachment levaram a uma nova mudança no clima político do país e na percepção e sentimento popular. Também no Nordeste isso se fez sentir fortemente.

Marcantes nesse novo clima que se sente em 1992 é um sentimento de revolta popular, principalmente por causa da revelação das dimensões da corrupção instalada no palácio do Planalto. Um dos efeitos dessa revolta é a expressão de desgosto e nojo da política e dos políticos que se espalha, e o sentimento de ter sido enganado, humilhado e traído pelo aventureiro Collor e os que o acompanhavam.

É nesse clima que vão se realizar a campanha e as eleições municipais de 1992. Os acontecimentos que levam à queda de Collor e a reação popular vão influir de vários modos nessas eleições.

Como toda a direita política tinha se aliado abertamente a Collor, ela vai ser atingida fortemente pela lama que correu de Brasília. Já não vai entrar mais no processo eleitoral com as mesmas vantagens que tivera em 90: tem que se desculpar perante a população por ter estado apoiando corruptos notórios, já não vai poder usar os dólares de PC Farias e tem que enfrentar a desconfiança generalizada do povo para com todos os políticos tradicionais, mais conhecidos. Os recursos para garantir o voto clientelista estavam escassos e a política municipal é mais próxima do cotidiano popular, permitindo uma avaliação mais realista de quem é quem, por parte do povo. Estava bem mais difícil enganar e ter sucesso com os métodos de sempre.

O desgosto popular vai se expressar, por um lado, numa grande abstenção e votos nulos ou brancos e, por outro lado, num crescimento do voto na oposição de esquerda, a única a não receber respingos da lama do Planalto.

mais um passo na direção da mudança



Os resultados dessas eleições municipais no Nordeste foram marcadamente diferentes tanto das eleições municipais de 1988, como das eleições estaduais de 1990. Em primeiro lugar houve um importante avanço eleitoral da esquerda e do centro

esquerda, em que o Nordeste acompanhou a tendência geral no país, ao contrário do que acontecera em 88.

Essa mudança da direção do voto popular se fez sentir muito mais nas capitais. Vejamos os resultados da votação para prefeitos das capitais do Nordeste:

CAPITAIS	PARTIDO DO PREFEITO ELEITO	OBSERVAÇÕES
SALVADOR - BA	PSDB	A eleita Lídice da Mata, ex-deputada constituinte pelo PCdoB, elegeu-se em coligação com todos os partidos de esquerda desde o primeiro turno.
ARACAJU - SE	PDT	Com apoio da esquerda no 2º turno.
MACEIÓ - AL	PSB	Coligado com o PT desde o 1º turno.
RECIFE - PE	PMDB	O eleito foi Jarbas Vasconcelos, da ala mais à esquerda do PMDB de PE.
JOÃO PESSOA - PB	PDT	O candidato do PT chegou ao 2º turno.
NATAL - RN	PSB	
FORTALEZA - CE	PMDB	
TERESINA - PI	PSDB	
SÃO LUÍS - MA	PSB	Conceição Andrade derrotou os candidatos de Sarney e do governador.

Como se vê, o PFL vitorioso na região, dois anos antes, e dono da maioria dos governos estaduais, não conseguiu eleger nenhum prefeito de capital. Mas ainda conseguiu manter grande parte de sua influência, pois ganhou grande número de prefeituras no interior e conseguiu no Nordeste alguns de seus melhores resultados: das 940 prefeituras que conquistou no Brasil, 134 foram na Bahia e 56 em Pernambuco, além de inúmeras nos outros estados.

Se o PFL perdeu boa parte do grande predomínio que tinha no Nordeste, não houve nenhum outro partido que ocupasse seu lugar. O que o PFL não ganhou se distribuiu muito fragmentadamente entre uma variedade de partidos.

Não foi só o PFL que encolheu eleitoralmente. O PMDB, que conquistou o maior número de prefeituras no conjunto do país e no sul e sudeste, não conseguiu se recuperar significativamente de sua tendência a cair no Nordeste. O PDS também perdeu votos em relação a 90 e o PRN quase desapareceu.

Outros partidos cresceram eleitoralmente nessas eleições, entre eles alguns partidos pequenos de pouca expressão nacional.

O PSDB, o PSB e o PT são os casos mais visíveis de crescimento.

Embora a virada para a esquerda tenha sido sobretudo uma característica do voto das capitais, também no interior houve um crescimento do centro-esquerda e da esquerda, embora bem mais tímido, e de maneira desigual nos estados.

O PSB fez em Pernambuco 30 prefeituras, metade das 60 que fez no país. O PSDB, que nessa época ninguém imaginava que um dia se aliaria ao PFL e representava uma posição de centro-esquerda, fez no Ceará 89 prefeituras das 265 que conquistou no país.

O PT, embora em números absolutos ainda tenha feito muito pouco no Nordeste, acusou um crescimento significativo. De apenas três prefeituras que tinha na região, conseguiu saltar para 11: uma em Alagoas, duas na Bahia, duas no Ceará, uma no Maranhão, duas em Pernambuco e mais uma no RG do Norte, além de fazer 3 vice-prefeitos em outros municípios. Fez no Nordeste 23% das prefeituras que fez no país (46).

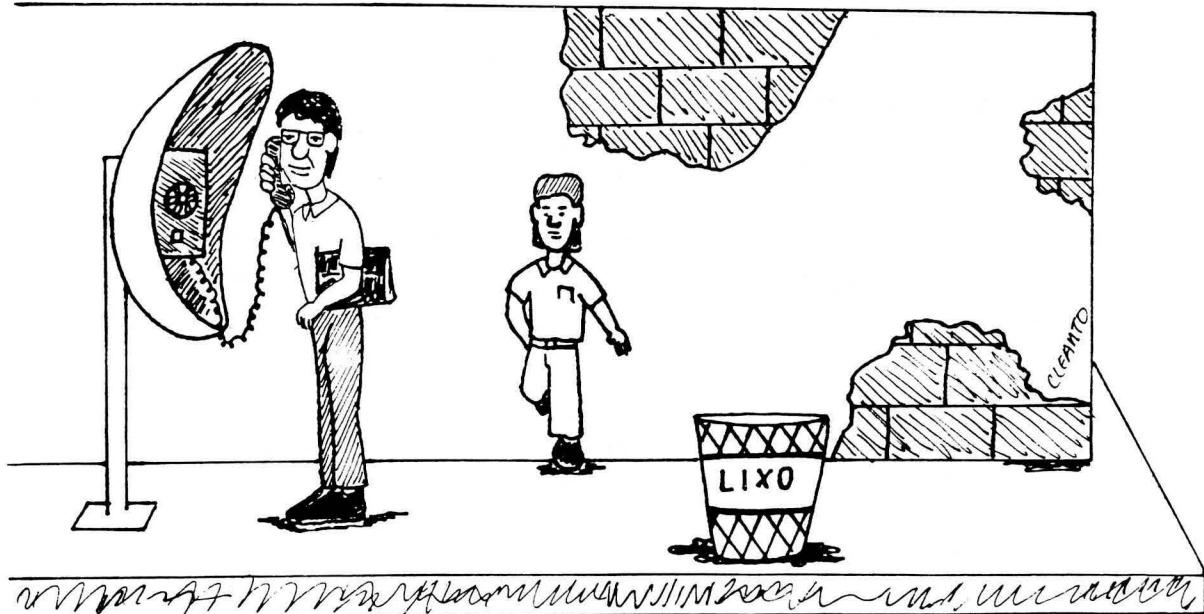
E é importante notar que conseguiu eleger o prefeito nos três municípios que já governava no mandato anterior: Jaguaquara (BA), Icapuí (CE) e Janduís (RN). Além disso, aumentou muito o número de seus vereadores em todos os estados, com exceção de Alagoas. No conjunto do Nordeste, o número de vereadores petistas aumentou em 69,5 %, enquanto aumentou em apenas 11,9% no país e 31% em São Paulo. Em Pernambuco o crescimento foi de 400%, saltando de 4 para 20 vereadores. Tudo isto significa um crescimento relativo importante, sobretudo pela dificuldade que representa para a esquerda penetrar no interior, onde o controle das oligarquias sobre o eleitorado é imensamente maior do que nas grandes cidades. Tal fenômeno no interior significa um crescimento do voto de opinião e do voto militante, confirmando as mudanças que já vínhamos apontando nesse sentido.

Não há dúvida que nas eleições municipais de 92, no Nordeste, o voto de massa, o voto de opinião e o voto militante avançaram sobre o espaço do voto clientelista.

Há ainda outros aspectos interessantes dessa eleição que assinalam mudanças sociais, políticas e culturais na região, entre eles o fato inédito de que a eleição para prefeito de Maceió e em outro município de Alagoas foi anulada por fraude. O novo, evidentemente, não é a fraude, mas o fato dela não passar mais impune.

Note-se também o grande número de mulheres disputando as eleições e ganhando prefeituras, inclusive de duas capitais, em proporções provavelmente bem maiores do que no resto do país. Numa região considerada como tradicionalmente machista, trata-se também de um traço significativo de mudança.

movimentos populares e política municipal



Além dos aspectos do clima político geral que se expressou nas eleições municipais de 92, há um outro fator que certamente influiu em seus resultados, sobretudo nas capitais. Apesar de aparentemente terem perdido parte de sua capacidade de mobilização de massa, os **Movimentos Populares urbanos continuaram atuando**.

Os movimentos de luta pela moradia, movimentos de luta pela saúde popular, movimentos dedicados ao trabalho junto aos meninos de rua, movimentos de mulheres não só continuaram atuando como amadureceram em sua capacidade de compreender e relacionar-se com o Estado.

As instâncias de possível participação popular abertas pela Constituição de 88 e a obrigatoriedade de refazer as legislações municipais, criar Planos Diretores e diversos Conselhos Municipais foram espaços de ação e aprendizado político para muitos desses Movimentos. Muitas vezes sua atuação se fez articulada com os poucos vereadores de esquerda já antes eleitos na região.

Há experiências de luta pela participação na definição dos orçamentos municipais, luta por influir na definição dos Planos Diretores para as cidades, participação e luta em Conselhos Municipais de Saúde, da Criança e do Adolescente, de Educação, etc.

Essa experiência que se acumulara nos quatro anos anteriores certamente produziu uma **militância popular mais qualificada** para fazer política a nível municipal e isso teve importâncias nos resultados eleitorais.

Esse é também um fator que deve ter peso não somente nos momentos de campanha eleitoral, mas também no sentido de obrigar o executivo e o legislativo municipais a modificar suas formas de exercer o mandato, tendo que abrir mais espaço à participação popular.

Esse tipo de mudança é certamente de caráter bem mais duradouro do que o simples descontentamento popular que levou a uma virada conjuntural para a esquerda.

nem políticos nem rei

A descrença do povo com relação aos políticos, a idéia de que todo político se ainda não é vai ser corrupto ou, pelo menos, alguém que nada faz e vive às custas do povo permaneceu e foi se expressar novamente por ocasião do plebiscito.

No Nordeste, a abstenção dos eleitores (39,58 %) no plebiscito sobre presidencialismo e parlamentarismo foi muito maior que no país em geral (25,75 %). A abstenção foi pelo menos 5 pontos percentuais acima da média nacional em todos os estados da região, e em alguns ainda muito mais alta, como no Maranhão (58,62 %), na Bahia (45,55 %) e no Piauí (39,50 %).

O número de votos nulos ou brancos também foi superior no Nordeste todo e se, em parte, resulta da maior taxa de analfabetismo da região, em parte também expressa o mesmo sentimento de desgosto e desinteresse.

Os votos pela república ficaram muito próximos à média nacional, mas os votos pela monarquia (7,15 %) foram bem abaixo da média (10,21 %), surpreendendo aqueles que pensavam que o Nordeste é mais "atrasado" e que o mito do "rei bondoso" estaria ainda forte no imaginário popular.

O presidencialismo ganhou no Nordeste com muitos mais votos (60,59 %) do que no Brasil em geral (55,45 %). Pode-se ver aí também sinal de desconfiança generalizada para com os políticos, sobretudo os parlamentares. Muito se ouviu o argumento de que "um presidente só, se for ruim, a gente bota abaixo como botou o outro".

Os escândalos que estouraram nos últimos anos envolvendo parlamentares, como o caso dos poços de Inocêncio de Oliveira, e mais ainda o das maracutaias da Comissão de Orçamento do Congresso, envolvendo muitos nordestinos, vieram certamente confirmar o desgosto popular.



7 -1994: O NORDESTE É IMPORTANTE



Os primeiros meses de campanha eleitoral para as eleições gerais de 1994 trazem novos dados para se analisar as mudanças políticas no Nordeste. Não temos ainda suficientes dados nem o mínimo afastamento para analisar o que está se passando na região, nos seus detalhes, já que essa campanha envolve uma quantidade enorme de cargos, políticos, partidos. No entanto, alguns dados que temos já merecem comentários.

Uma das coisas que aparece claramente no quadro político relativo à sucessão presidencial é a grande importância dada ao Nordeste nas ações de diferentes candidatos e partidos. Parece que se avalia o Nordeste como o fiel da balança, que a eleição do presidente da república dependeria dos resultados eleitorais no Nordeste.

O PSDB e Fernando Henrique Cardoso armaram sua aliança com o PFL, evidentemente, através do PFL do Nordeste, região onde esse partido têm mais força. Tasso Jereissati e Ciro Gomes do PSDB do Ceará foram os grandes articuladores dessa aliança que parecia absurda em termos ideológicos, mas mais lógica em termos eleitoreiros. O aliado mais cobiçado era Antônio Carlos Magalhães, o cacique da Bahia, estado de maior eleitorado no Nordeste. Para fazer essa aliança, Fernando Henrique não hesitou em enfrentar Mário Covas e pelo menos 50 % dos deputados federais nordestinos do PSDB que em março se declaravam francamente contra essa aliança.⁶ A aliança se fez, apesar de rejeitada por Jutahy Magalhães, senador do PSDB pela Bahia e candidato a governador do seu estado, que hoje faz campanha para Lula.

Além disso, o candidato a vice de FHC tinha que ser do PFL nordestino, a qualquer preço. Escolheu-se Guilherme Palmeira, de Alagoas, apesar de ter sido o padrinho político de Collor (quando governador, nomeou Collor prefeito biônico de Maceió) e de ter freqüentado a Casa da Dinda até às vésperas do impeachment. Quando Palmeira teve que ser afastado pelas suspeitas de corrupção, foi-se buscar outro nordestino, Marco Maciel, de Pernambuco.

⁶ Pesquisa da Folha de São Paulo publicada em 14 de março de 94.

Segundo a imprensa, o comando de campanha de FHC definiu que utilizará 25 milhões de reais, um terço dos recursos de campanha previstos junto ao TSE, no Nordeste, para criar comitês nos 9 estados e "massificar a campanha" na região.

Esperidião Amin, do PPR, também veio buscar vice no Nordeste: Gardênia Gonçalves, ex-prefeita de São Luís e mulher de um ex-governador do Maranhão. Deixou claro que sua escolha se fazia por ela ser nordestina e mulher.

Um dos apoios mais cobiçados pelos candidatos presidenciais foi o de José Sarney, pelo seu prestígio de ex-presidente, mas também pela sua força eleitoral no Nordeste. A retomada das obras da ferrovia Norte-Sul já tem sido objeto de promessas de Quêrcia e mesmo de Lula. Finalmente, a 3 de junho, o Ministro dos Transportes, Bayma Denis, anuncia que retomará imediatamente as obras da Norte-Sul, com recursos do orçamento de 94, o que certamente visa atrair para FHC o apoio de Sarney e de parte do eleitorado nordestino.

E tem mais: o governo Itamar Franco, em fim de mandato, mas às vésperas de uma eleição, desenterra um velho projeto, cuja formulação atual data de 1983, o polêmico projeto da transposição das águas do Rio São Francisco para as áreas secas do sertão, e pretende começar imediatamente as obras. Independentemente da viabilidade e interesse ou não da obra, em si, é válida a interpretação de que essa é mais uma ação eleitoreira, com vistas a conquistar votos nordestinos para o candidato de Itamar.

a força da tradição

O governo de Itamar Franco não hesita em despejar recursos de última hora no Nordeste, na clara intenção de usar todos os meios para fazer seu sucessor.

Em 25 de junho de 1994, Itamar declara estado de calamidade pública no Nordeste, o que lhe permite enviar mais recursos federais para a região. Alegou como motivo ter ficado impressionado com uma pesquisa da CNBB que mostrava que a mortalidade infantil no Nordeste aumentou em 30 % no primeiro trimestre de 94. Durante todo o governo de Itamar, permaneceu a seca forte no Nordeste e evidentemente aumentou a mortalidade não só infantil mas do povo em geral, atingido pela fome da qual o Brasil inteiro sabia. Por que somente agora, que a seca chegou ao fim, é que se toma essa medida? Não será para facilitar ao aliado PFL, especialista em manipular eleitoralmente a assistência aos flagelados, o desempenho de seu papel na campanha de FHC? Jutahy Magalhães, ao rejeitar a aliança com o PFL, dizia a FHC: "Não dá para pensar em se modernizar o país se juntando com uma estrutura oligárquica e manipuladora da fome e da miséria dos outros. Durante a seca, as pessoas andam quilômetros com uma lata na cabeça para buscar água e, quando encontram um carro-pipa, o motorista pergunta: 'Em que partido você vota?'. Isso é sinônimo de PFL".⁷ Os argumentos de Jutahy, como se viu, não interessam a FHC, só lhe interessam os votos nordestinos.

⁷ Folha de São Paulo, 7 de abril de 94.

Mas a coisa não ficou só nisso: a partir de junho de 94 o governo federal abriu os cofres e transferiu aos estados e municípios, em dois meses, muito mais dinheiro do que havia feito nos cinco meses anteriores. Esse dinheiro saiu para pequenos convênios, de caráter claramente eleitoreiro, feitos para alavancar a capacidade eleitoral das forças políticas locais, sobretudo no interior onde o PFL predomina. Trata-se de dinheiro para ambulâncias, ônibus escolares, pavimentação de ruas etc., coisas concretas que podem ter saldo político imediato, e inclusive podem carregar letreiros anunciando quem foi o doador... E qual foi a região que recebeu a maior parte desses recursos? O Nordeste, é claro, onde FHC apresentava-se mais fraco nas pesquisas e que levou 30,5 % dos recursos liberados. E quais os estados do Nordeste mais beneficiados? A Bahia de Antônio Carlos Magalhães e do PFL, onde a vantagem de Lula nas pesquisas era a mais alta, e o Maranhão, onde era preciso conquistar Sarney.⁸

Que o Nordeste é mais pobre e precisa de recursos, é claro, mas isso é de sempre... por que a ajuda só chega depois das pesquisas eleitorais que apontam uma enorme vantagem de Lula, principalmente na região nordestina?

É que as tradições ainda têm força: a tradição fisiológica e clientelista de utilizarem-se recursos públicos para a manipulação eleitoral, a tradição de beneficiar os aliados políticos na distribuição das verbas públicas, de abusar da pobreza do povo comprando votos com feijão e farinha, etc.. Itamar e Fernando Henrique preferem ganhar a eleição com a força da tradição do que arriscar-se a perdê-la com postura ética e modernidade...

Aliás, Fernando Henrique já começou a fazer curso intensivo de tradição política nordestina, tendo como professor Antônio Carlos Magalhães. Em sua incursão de campanha pelo Nordeste, em junho de 94, fez comícios no interior da Bahia e de Pernambuco com todo o estilo PFL a que tem direito. O prefeito do PFL de Canudos botou os carros da prefeitura para carregar gente para o comício e distribuiu farinha, feijão e carne aos que compareceram, com o apoio dos fazendeiros da região. Durante os comícios fizeram-se inaugurações de obras, inclusive de um CAIC que só ia ficar pronto 40 meses depois! Fez promessas e comeu buchada de bode em Petrolina, dizendo que estava melhor do que a que se come em Paris! Já antes, em maio, tinha sido recebido nos aeroportos de Aracaju e Maceió por eleitores transportados por ônibus de empresas privadas sem a contrapartida em bônus eleitorais, o que é contra a lei. Interpelado quanto ao desrespeito à lei eleitoral e ao uso eleitoreiro da máquina administrativa, disse que era inocente do que os outros, seus aliados, fazem sem consultá-lo. ACM está contente com o aluno e declarou: "Ele já está quase me dando aula"....⁹

Pelo andar da carruagem, já se pode prever o que acontecerá no Nordeste com uma eventual vitória de FHC que, já se vê, não se sentirá responsável pelo que seus aliados fisiológicos fizerem sem consultá-lo...

⁸ Idem, 14 de agosto de 94.

⁹ Folha de S. Paulo, 13 de junho de 94.

um eleitorado que desafia

Por que tanto esforço dirigido ao Nordeste? É verdade que o Nordeste, enquanto região, concentra 27 % dos eleitores do país, é a segunda região em número de votos. Mas há outro dado que explica melhor tudo isso: **foi no Nordeste que Lula obteve o nível mais alto de intenções de voto**, nas pesquisas eleitorais dos primeiros meses do ano:

	23 e 24 de maio		9 a 13 de junho		16 a 20 de julho	
	BRASIL	NE	BRASIL	NE	BRASIL	NE
LULA	40 %	43 %	41 %	48 %	30,5 %	39 %
FHC	17 %	15 %	19 %	14 %	30,1 %	24,5 %
Indecisos	24 %	29 %	20 %	25 %	15,6 %	18,6 %

Pesquisas Datafolha e Gallup

Note-se que na pesquisa de junho, Lula obtinha na Bahia 52 % das intenções e em Pernambuco 51 %, o que ajuda a explicar muito dos excessos populistas de FHC nesses estados, naquele mês.

São muitas as interpretações quanto a preferência manifestada pelo eleitorado nordestino para com Lula.

Uma delas é de que os resultados das pesquisas de maio e junho representariam apenas o 3º turno da eleição de 89: menos informado, o eleitorado nordestino estaria apenas repetindo a votação que dera a Lula em 89, acrescida pela decepção com Collor, sem considerar a nova conjuntura e novas opções.

Outra hipótese é que Lula se consolidou como o candidato dos pobres, e como o Nordeste tem mais pobres, Lula tem mais intenções de voto. De fato, as mesmas pesquisas indicam que Lula tem a preferência sobretudo dos mais pobres e menos escolarizados, dos mais prejudicados pela situação do país, em todo o Brasil.

Ainda pode se atribuir essa preferência ao fato de que Lula vinha, havia mais de um ano, percorrendo o país, especialmente o Nordeste onde visitou cerca de 70 cidades do interior, com suas Caravanas da Cidadania e levava vantagem sobre os outros candidatos que ainda não haviam começado a campanha.

Há ainda uma pergunta que pode ser feita: foi o eleitorado nordestino que mudou, abandonando o estilo de candidato tradicional, representante da classe dominante e finalmente assumindo uma opção pela mudança? Ou quem mudou foi a imagem de Lula, que já não parece mais o migrante nordestino, o operário metalúrgico, "um brasileiro igualzinho nós", e aproximou-se mais da imagem do político a que o povo está acostumado, o doutor, o que sabe, o que circula entre os grandes, as autoridades?

Seja qual for a explicação, o fato é que o eleitorado nordestino, mesmo no interior, manifestou, muito mais do que o resto do país, a disposição em votar em Lula. Ora, Lula não é um candidato nem sequer aceitável pelas forças políticas tradicionais ainda dominantes na região, e o povo sabe muito bem disso. Ao manifestar essa disposição de votar em Lula, mesmo que ela seja passageira e se retraia no correr da

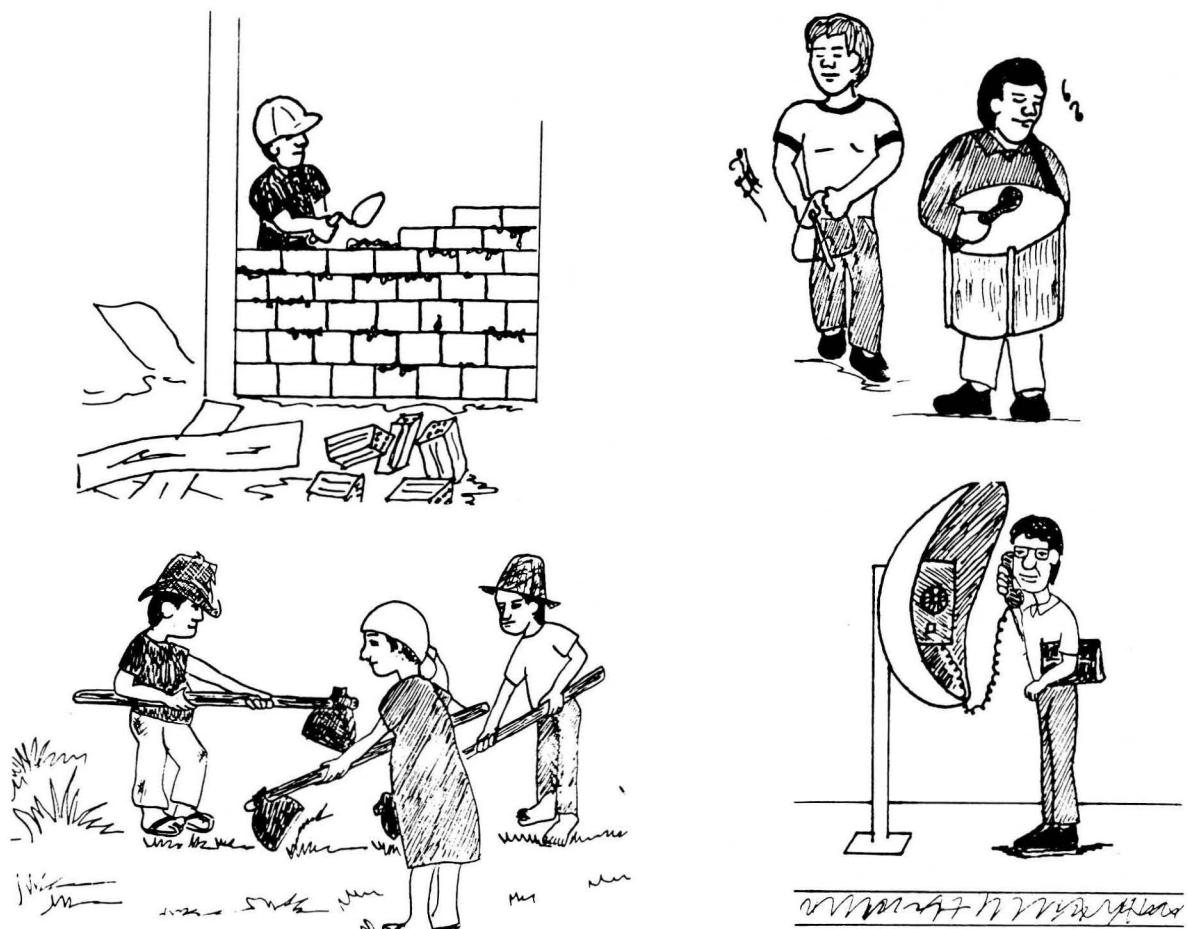
campanha, significa manifestar a possibilidade de assumir posições, de ter opiniões muito mais livres face à dominação política tradicional. Significa, mais uma vez, **uma realidade em mudança na qual há espaço para alternativas mais progressistas.**

A entrada em campo do Real, apresentado insistente como "moeda forte" e como obra milagrosa e duradoura de Fernando Henrique pessoalmente, já por volta de 20 de julho mostrava seus efeitos eleitoreiros: FHC subiu aceleradamente nas pesquisas em todas as regiões, e Lula baixou, inclusive no Nordeste. Mas no Nordeste a preferência por Lula se mantinha, e continuou resistindo mais a baixar do que nas outras regiões.

É importante notar que o efeito mais concreto do Plano Real, a sensível redução imediata da inflação, é muito mais impactante para os mais pobres. A classe média podia antes se proteger em parte da inflação aplicando suas rendas no Fundão e outros sistemas; os pobres não tinham defesa nenhuma, e por isso, é para eles que a parada da subida dos preços faz mais diferença. Talvez por isso é que um instituto de pesquisa detectou justamente no Nordeste a maior aceitação popular do Plano Real, no início de agosto, algo em torno de 74 % de aprovação. Se com tudo isso, e com a maciça campanha de amor ao Real e a seu criador, feita pelos meios de comunicação social, Lula ainda continuou sendo o preferido da maioria dos nordestinos, significa que há algo mais nessa preferência do que simplesmente falta de informação sobre outras opções possíveis.

O comportamento do eleitorado nordestino anda desafiando os poderes estabelecidos. E vale tudo para recuperá-lo.

Uma análise mais aprofundada só será possível nos próximos meses.



confusão nos palanques

Há mais um aspecto do quadro político nordestino que podemos comentar: as coligações feitas a nível estadual, para efeito da eleição de governadores, deputados e senadores não reproduzem, pelo contrário, quase sempre contradizem inteiramente as alianças feitas em função da eleição presidencial, a nível nacional.

A aliança entre PSDB e PFL só se reproduz em dois estados, Sergipe e Pernambuco, mas só em Pernambuco é que ela é suficientemente "pura" para que seu palanque faça campanha apenas para FHC. Há apenas 2 coligações que, em princípio, apoiam inteiramente Fernando Henrique para presidente, sem divisões: essa de Pernambuco e a outra liderada pelo PFL da Bahia, mas que não inclui o PSDB.

A grande maioria dos palanques estaduais está dividida, quanto ao apoio aos candidatos a presidente. O PDT faz em cada estado alianças diferentes, ora à direita ora à esquerda. O mesmo se pode dizer do PMDB. Ambos, na medida em que as pesquisas vão mostrando a polarização entre Lula e FHC, tendem a abandonar seus candidatos presidenciais para fazer campanha para um dos dois, conforme as alianças feitas em cada caso.

Não há nenhum padrão de alianças que predomine na região inteira, quanto aos partidos de centro e direita. As mais variadas combinações acontecem nos diferentes estados, ao sabor das rivalidades e da combinação de interesses locais. O PFL que tem a maioria dos governos estaduais e dos deputados atualmente, só conseguiu impor seus nomes como candidatos a governadores, nas coligações em que entrou, em 4 estados. A maioria dessas alianças são puramente eleitoreiras e imediatistas e não devem durar além da eleição. Isso faz prever que o resultado dessas eleições desenhará no Nordeste um quadro de poder bastante fragmentado, em que nenhum partido ou coligação de partidos terá a hegemonia.

Já no campo da esquerda o quadro é muito mais homogêneo, tanto no apoio a Lula quanto nas coligações feitas. O PT está junto com o PSB em 7 estados, com o PCdoB em 6, com o PPS em 4 estados. No conjunto do Nordeste, há pelo menos 11 coligações estaduais cujos palanques apoiam exclusivamente Lula. A esquerda apresenta, assim, uma maior coerência política e programática na região do que os partidos de centro e direita. Mas não consegue bons resultados nas pesquisas até agosto.

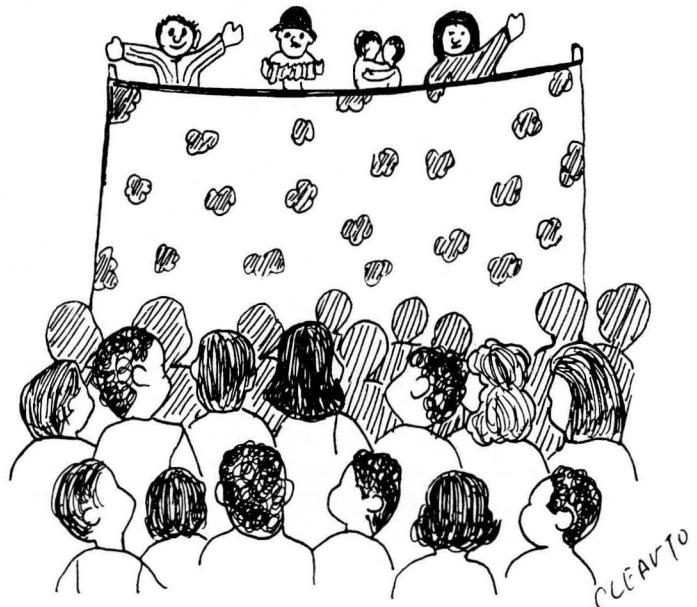
É tão confuso o quadro de alianças estaduais, em geral, que o eleitorado, segundo as pesquisas, tem expressado suas escolhas baseado nos indivíduos e ignorando as coligações. É assim que, na Bahia por exemplo, ACM consegue 60 % das intenções de voto para senador, mas seu candidato a governador está apenas em segundo lugar com uma diferença considerável para com o primeiro colocado, João Durval do PMN. E é assim que os eleitores, que não dão o primeiro lugar aos candidatos de esquerda em nenhum estado do Nordeste, continuavam dando a preferência a Lula até o início de agosto.

Tudo isso nos faz prever que haverá mudanças consideráveis na distribuição político partidária do poder regional, e também na composição das bancadas nordestinas no Senado e na Câmara. Aliás, é no Nordeste que há um maior número de deputados federais (pelo menos 31) que não se apresentam para a reeleição em 94, ou porque se candidatam a outro cargo (15) ou porque simplesmente desistiram (16).

EQUIP - agosto 1994

EDIÇÃO E REDAÇÃO: Maria Valéria Rezende

DESENHOS: Cleanto Martins Bezerra.
Cleanto é um desenhista espontâneo que desenvolve seu talento ilustrando materiais dos Movimentos no Brejo da Paraíba. Reside em Guarabira.



ÍNDICE

1 - COMO SE FEZ O NORDESTE	1
2 - O BRASIL MUDA. E O NORDESTE ?	6
eleições de 88 - bom é ser oposição !	6
no nordeste a coisa é diferente	7
as lutas populares cresceram no nordeste	7
sindicalista é uma coisa, político é outra	8
nordeste não é só forró e carne de sol	9
devagar a coisa muda	11
quem é o eleitor nordestino ?	14
quem vota em quem ?	15
a oligarquia não é mais aquela	18
3 - SURPRESA ELEITORAL EM 89	19
crise de hegemonia	20
a virada: as oligarquias a reboque	22
a vaca secou: a crise fiscal	22
quem tinha medo de collor?	24
a militância, estrela da festa	25
sindicalismo, sim! política, também!	26
o papel dos movimentos populares	27
trabalhador vota em trabalhador ?	28
muda o nordeste, muda o voto	29
comunicação e nova cultura política	31
2º turno: muda o quadro	33
as elites, afinal, colloriram	34
como collor venceu no nordeste	35
4 - A PRAGA COLLORIDA E O NORDESTE	36
a política econômica	36
a recessão no nordeste: devastação	37
reforma administrativa: efeitos no nordeste	37
políticas para o nordeste	38
a dor sem analgésico	39
crise nos movimentos sociais	40
o movimento no campo	41
os movimentos populares	42
5 - ELEIÇÕES DE 1990 NO NORDESTE	43
collor ainda enganava	43
o clientelismo revigorado	43
o pfl deita e rola	45
o nordeste garante a direita no congresso	45
muda o panorama partidário	46
um eleitorado em mudança	47
um modo mais "moderno" de governar	48
6- 1992, NOVA VIRADA	50
mais um passo na direção da mudança	51
movimentos populares e política municipal	54
nem políticos nem rei	55
7 - 1994: O NORDESTE É IMPORTANTE	56
a força da tradição	57
um eleitorado que desafia	59
confusão nos palanques	61



CONSELHO DIRETOR:

M. Cleide Bernal (diretora geral)
Francisco Mesquita de Oliveira (dir. administr.)
Domenico Corcione (diretor de departamentos)
Ana maria B. do Nascimento
Ailton Florêncio dos Santos

CONSELHO POLÍTICO:

Paulo Afonso Barbosa de Brito
Paulo Marcelo de Lima
Raimundo de França Dutra
Acácio Francisco Araújo Santos

EDUCADORES PERMANENTES: Domenico Corcione, F. Mesquita de Oliveira, Paulo Afonso Barbosa de Brito, Maria Valéria Rezende, Maria do Socorro Silva, Paolo Tomasin, Joana d'Arc da Silva.

SECRETARIA: Nancy Leão Portela, Francisca de Carvalho,
Rosemère da Silva, Valdênio da Silva.

Atualmente o trabalho da EQUIP é apoiado por: American Friends Service Committee - AFCS (U.S.A), Igreja Anglicana do Canadá -ACC (Canadá), OXFAM (Inglaterra), Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE (Brasil), Desenvolvimento e Paz (Canadá), Christian Aid (Inglaterra), Pão para o Mundo (Alemanha), Comitê Católico Contra a Fome e pelo Desenvolvimento -CCFD (França).



**ESCOLA DE FORMAÇÃO
QUILOMBO DOS PALMARES
Rua Inajá 117, Coqueiral
50791-060 Recife (PE), BRASIL
Telefone/Fax: (081) 455.2517**